



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

Everton Lira Marcondes de Paula

Consciência, Liberdade e Moral em Descartes

João Pessoa
Agosto, 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

EVERTON LIRA MARCONDES DE PAULA

"Consciência, Liberdade e Moral em Descartes"

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Filosofia da UFPB em cumprimento
parcial e final para a obtenção do título
de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Bartolomeu Leite da Silva

João Pessoa
Agosto, 2013

P324c Paula, Everton Lira Marcondes de.
Consciência, liberdade e moral em Descartes / Everton Lira
Marcondes de Paula.-- João Pessoa, 2013.
67f
Orientador: Bartolomeu Leite da Silva
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
1. Descartes, René, 1596-1650 - crítica e interpretação.
2. Filosofia - crítica e interpretação. 3. Consciência. 4. Moral.
5. Liberdade.

UFPB/BC

CDU: 1(043)

EVERTON LIRA MARCONDES DE PAULA

"Consciência, Liberdade e Moral em Descartes"

Dissertação apresentada à Coordenação do programa de Pós-Graduação em Filosofia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Bartolomeu Leite da Silva - UFPB
Orientador

Prof. Dr. Anderson D'arc Ferreira – UFPB
Membro

Prof. Dr. Giovanni da Silva Queiroz – UFPB
Membro

Prof. Dr. Hélder Buenos Aires de Carvalho – UFPI
Membro

João Pessoa
Agosto, 2013

[...] e continuarei sempre nesse caminho até que tenha encontrado algo de certo, ou, pelo menos, se outra coisa não me for possível, até que tenha aprendido certamente que não há nada no mundo de certo

Descartes, Segunda Meditação, 1641.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais Ademir e Margarida, pelo eterno apoio incondicional em minha caminhada na formação de meu caráter, pela compreensão, paciência ajuda, e, em especial, por todo apoio ao longo deste percurso.

Aos meus queridos irmãos Felipe e Gustavo, pelo apoio e compreensão e por nossa caminhada.

Aos meus queridos amigos em especial Fabiana, Joselisses, Mário, Paulo; que o tempo preserve nossa sincera amizade.

Aos meus colegas de curso, pela cumplicidade, ajuda e amizade.

Ao meu orientador, professor Bartolomeu Leite, por sua paciência nos momentos de minhas limitações e dificuldades, pelo seu apoio em todos os momentos ao longo dessa caminhada, um amigo que levarei sempre comigo.

Aos professores Giovanni Queiroz e Anderson D'Arc que sempre com um olhar crítico me ajudaram a me superar na elaboração deste trabalho que ainda é muito imaturo e simples, mas que representa uma grande vitória para mim.

Meus sinceros agradecimentos à Fátima e Chico que sempre com paciência me receberam e me ajudaram a resolver todos os problemas burocráticos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 Descartes: uma vida em busca de uma filosofia primeira.....	17
1.1 A cultura da época e a descoberta do método.....	19
1.2 A <i>res extensa</i> e a <i>res cogitans</i>	20
1.3 A união corpo e alma.....	23
2 A descoberta do cogito como pressuposto para uma teoria da consciência.....	27
2.1 Deus é o único criador.....	30
2.2 O conceito da consciência de si nas Meditações.....	35
2.3 Da verdade do <i>Cogito</i> à elaboração do critério da verdade	37
2.4 A obediência ao método como fundamento da verdade	39
3 A concepção da liberdade na filosofia cartesiana	44
3.1 A versão latina e francesa da obra <i>Princípios de Filosofia</i>	42
3.2 A moral.....	51
3.3 A obediência à consciência como fundamento da liberdade....	56
3.4 Como Deus pode nos enganar quanto a liberdade.....	57
3.5 O <i>cogito</i> como saída ao impasse do Deus enganador.....	61
Considerações Finais	63
REFERÊNCIAS.....	67

RESUMO

A presente dissertação busca discutir a questão "Consciência, Liberdade e Moral em Descartes". A filosofia cartesiana nos apresenta uma nova visão acerca da consciência, da liberdade e da moral. Esses três fatores se configuram na essência da filosofia de Descartes, de modo que cada fator está conectado um com o outro como a engrenagem de um relógio que precisa estar em harmonia para funcionar bem. No desabrochar de sua filosofia, Descartes mostra o papel que cada um desses fatores tem de forma progressiva e contínua, uma vez que tudo se origina no "*cogito ergo sum*" e, a partir dessa tão conhecida frase, desenvolve-se um novo saber. A faculdade do pensar leva ao conhecimento de nossa própria consciência. Ela nos dá a capacidade de distinguir o verdadeiro do falso. De posse dessa capacidade, passamos a ter o poder de escolha, o livre-arbítrio, que se conecta diretamente com a moral.

Palavras chave: consciência, liberdade, moral

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the question “Consciousness, Freedom and Morality in Descartes”. The Cartesian philosophy provides a new view of consciousness, freedom and morality which are the essence of Descartes philosophy. Each one of these three factors are connected to each other in the way a clock gear must be in harmony with its neighbours to function properly. In the unfolding of his philosophy, Descartes shows the role of each one of these factors gradually and continuously. Everything originates in “*cogito ergo sum*” and from this famous sentence is developed a new knowledge. The faculty of thinking leads to the knowledge of our own consciousness. It allows the man to be capable of distinguishing true from false. Armed with this capability the man has now the power of choice, free will, which connects directly with morality.

Key words: consciousness, freedom, morality

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer uma discussão sobre a consciência ou o *cogito ergo sum*, em Descartes, relacionando-a com a conquista da liberdade e da moral mediante o uso da própria razão. Entende-se que tanto a liberdade quanto a moral estão condicionadas ao estabelecimento do que é o *cogito*, uma vez que é graças à caracterização do sujeito como uma “coisa pensante” (*res cogitans*), ou seja, algo que possui uma capacidade singular de pensar, que é desenvolvido um método para alcançar um conhecimento fiável do objeto, entendido como uma extensão do sujeito (*res extensa*), e, conseqüentemente, a partir desse método, a constituição de uma nova filosofia, baseada no puro uso e poder da razão.

Para exposição da obra, Descartes lança mão de um novo método, através do qual crê evitar erros e desvios no conhecimento daquilo que temos ao nosso dispor, as coisas, superando erros de outros filósofos da tradição ocidental da filosofia, por exemplo, Tomás de Aquino. A crítica fundamental de Descartes, em relação a isso, consistia em que autores como este assumiam premissas as mais universais possíveis, cujas conclusões eram sempre as mais particulares possíveis, em igual proporção, pelo nunca erravam logicamente, mas, ontologicamente, faziam a tarefa pela metade, pois conheciam a forma e não a essência, apesar de desejarem o contrário. A elaboração de um método, então, será tão fundamental quanto a exposição dos argumentos que nos levam a crer que somos uma coisa pensante e a primeira verdade de todas as outras possíveis.

Esta premissa não é apenas uma suposição, mas tem um caráter ontológico de suporte ao seu dispor. Sobre isso podemos ler: “A análise mostra o verdadeiro caminho pelo qual uma coisa foi metodicamente descoberta e revela como os efeitos dependem das causas” (DESCARTES, 1979c, p.166). Ao nomear a análise como método, explicitamente vinculando a causa ao efeito, Descartes refere-se ao método da decomposição dos argumentos dos mais complexos aos mais simples, até chegarmos àquele para o qual a verdade é irrefutável. Na citação abaixo, expomos o ponto de partida de toda a filosofia cartesiana, no sentido em que ele, ao questionar “quem sou”, na verdade, busca

estabelecer um ponto seguro a partir do qual possa lançar mão para a análise do conhecimento de outras coisas. Ou seja, garantindo a origem, ou, conhecendo a causa, temos maior segurança de chegar ao nosso destino. Obviamente, Descartes trabalha com a noção de “certeza”, “verdade”, contra a ideia de probabilidade da matemática.

“Que sou eu, então?” Esta é a pergunta ontológica que deve ser feita no início de tudo, ao contrário de “quem somos?”, que remeteria apenas ao caráter formal da questão.

Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente (DESCARTES, 1979b, p. 95).

Ora, ao propor uma ontologia do “eu”, da consciência, podemos perceber que Descartes está preocupado com o estabelecimento de uma origem (princípio), uma certeza, que garanta a origem de nosso conhecimento sobre as coisas (*res extensa*). Assim, na passagem acima, ele exhibe a descoberta do *cogito* como primeira certeza alcançada, indubitável, a verdade primeira. Segundo Descartes, para alcançar esta certeza, ele já havia se desprendido de toda aquela educação que lhe causara prejuízos¹ desde a sua infância.

Dado que a descoberta do *cogito*, para Descartes, significa, talvez, seu maior ganho filosófico para a filosofia, a posição crítica de Hintikka (1963), no alcance do nosso entendimento, neste trabalho, torna-se de grande importância na colocação da questão, com certeza ele é um dos maiores críticos da filosofia cartesiana, que, ao analisar a proposição que garante a existência do *cogito* (*cogito ergo sum*), aponta nada menos que um erro lógico no axioma - *cogito ergo sum* de nosso autor, no sentido em que forma e conteúdo se confundem e confundem o autor da afirmação, pois a proposição lógica “sou”, para ter seu estatuto lógico garantido, já deveria implicar na proposição também lógica “eu

¹ Prejuízos refere-se a tudo que o filósofo aprendeu desde sua infância sem ter comprovação através do uso da razão, são interpretadas por ele como as crenças e superstições que de alguma forma são ensinadas como verdades indubitáveis ao sujeito quando este ainda era uma criança sem a capacidade de julgar por si próprio, ao passo que quando se indaga o porquê da questão numa idade mais madura é descoberta a fragilidade de sua comprovação, sendo portanto considerado como um prejuízo, ou seja, um atraso na evolução da aquisição de conhecimento verdadeiro.

existo”. Ou seja, a crítica de Hintikka (1963) mostra a impossibilidade de uma afirmação em detrimento da outra, não obstante a vontade de estabelecer um método como fonte de garantias para o conhecimento do mundo, como pressupusera Descartes.

A esta nossa pesquisa, contrapomos uma leitura feita por Hintikka (1963), apresentando seus principais argumentos e os passos da sua análise, mostrando o grau de aceitabilidade desta crítica perante as afirmações e descobertas de Descartes, assumindo que o ponto de vista de Hintikka goza de grande vantagem lógica sobre os argumentos de Descartes. Assim, ousamos dizer que não é demasiado afirmar que Hintikka corrige a proposição cartesiana fundamental, que afirma “*cogito ergo sum*”, no sentido de que os objetivos do autor da proposição são aceitáveis, mas o erro lógico da construção leva a uma invalidação dos seus pressupostos, fato que, conforme analisamos, cremos que Hintikka logra êxito ao corrigir.

Para chegar à descoberta do *cogito*, Descartes adotou a dúvida como principal ferramenta, constituindo o método de toda sua filosofia. A dúvida, generalizada por Descartes, ganha o campo geral do conhecimento e caracteriza-se por operar indiscriminadamente em qualquer âmbito em que se deseja obter conhecimento. Falamos, pois, da dúvida hiperbólica. A dúvida hiperbólica é um conceito que engloba toda a atividade do pensamento, em relação aos objetos e a si mesmo, criada por Descartes, e consiste em investigar radicalmente acerca da veracidade das coisas que nos são apresentadas como verdadeiras. No *Discurso*² (1637) essa dúvida também é chamada de “dúvida sistemática” (4ª Parte), e aparece como resultado do primeiro princípio exposto no *Discurso* (1637).

Ela consiste em investigar sistematicamente sobre o objeto até que não lhe reste nenhuma dúvida. E nisso ela é radical. Sistemática ela é quando procede das afirmações mais gerais até as mais simples, até o ponto em que a verdade se torne indubitável. Como exemplo, ele usa sua própria existência. Já que a mente não consegue, por vezes, distinguir o sonho da realidade, fato é que estamos sendo postos em tentação, estamos duvidando. Então, esta é a

² Discurso do Método (1637), doravante abreviado Discurso (1637).

primeira certeza. Por analogia, a partir disso, Descartes aplica a dúvida a tudo: ao céu, ao mar, à terra, à existência do (seu) corpo.

No entanto, quanto à possibilidade de um deus enganador, Descartes é astucioso ao afirmar que, ainda que a possibilidade de uma tal existência fosse dada, ainda assim ele não teria poder maior que o poder esclarecedor da razão, da mente. Ou seja, ainda que um deus enganador (*genie maligne*) exista e consiga me enganar, a mente seria capaz de estar a um passo à frente, pois mesmo sendo verdade que todas as coisas fossem um engano, contudo o enganado (a mente) seria verdadeiro, e assim o sujeito estaria no poder de esclarecer-se verdadeiramente sobre o seu ser. Ou seja, o simples fato de pensar leva à conclusão do fato de existir. Vejamos esse trecho retirado das *Meditações*³ (1641):

Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso que empregou toda a sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos de que ele serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas. Permanecerei obstinadamente apegado a esse pensamento; e se por esse meio, não está em meu poder chegar ao conhecimento de qualquer verdade, ao menos está ao meu alcance suspender meu juízo (DESCARTES, 1979b, p. 88).

Observamos, nesta citação, a ênfase que Descartes dá à dúvida, e, neste sentido, devemos entender bem essa dúvida como método, com função decisiva para o alcance do conhecimento da verdade. Por isso, ela é *sine qua non* para se chegar às ideias claras e distintas, e assim obtermos um conhecimento fiável das coisas. Observamos, porém, que o uso da dúvida,

³ *Meditações da Primeira Filosofia* (1641) ou *Meditações Metafísicas* (1641) doravante abreviada *Meditações* (1641). Essa obra busca esclarecer a origem metafísica das ciências, provar a existência de Deus e da matéria entre outros aspectos. Descartes buscou demonstrar com ela e com os *Princípios de Filosofia* (1644) que a razão deveria ser a base para o fundamento de qualquer ciência e não os sentidos. Nas *Meditações* (1641) Descartes escreve em primeira pessoa, tentando dessa forma fazer com que o leitor se identifique com a obra e se sinta como o sujeito que a partir de simples perguntas descobre uma nova filosofia, se colocando no lugar do autor em suas meditações.

como método, não era algo exclusivo de Descartes, à época, pois é sabido que ela já estava em evidência e uso por outros, como é o caso de Francisco Sanchez, por exemplo, que já fazia uso dela, e por essa razão Descartes é comparado aos céticos por muitos estudiosos.

A dúvida, para Descartes, entretanto, caracteriza apenas um tipo de ceticismo, o ceticismo metodológico, pois mesmo duvidando, digamos infinitamente de tudo, ainda assim ele admite a existência da verdade, as ideias claras e distintas. E a caracterização do ceticismo metodológico, por Descartes, torna-o original neste assunto, uma vez que usa procedimentos por vezes atribuídos apenas aos céticos para solucionar problemas metafísicos. Para tornar científico o uso da dúvida, à moda da época, Descartes a empregava mais ou menos ao modo matemático, seguindo o modelo de sequências lógicas e equações matemáticas.

Descartes possui uma formação bastante específica no campo da lógica e da matemática, e isso ele leva para dentro da filosofia, ou da metafísica, ou seja, o emprego da matemática em proposições metafísicas, e isso constitui um grande ganho que pode ser-lhe atribuído. A tentativa de reduzir proposições metafísicas a proposições universalmente válidas, com o emprego de métodos matemáticos. Nesse sentido, a figura do conhecimento é por ele representada na citação abaixo. Ele entende que a base do conhecimento, de modo geral, pode ser comparada à figura da árvore da sabedoria exposta em sua obra *Princípios*⁴ (1644), conforme temos a seguir:

[...], toda filosofia é como uma árvore cujas raízes são compostas pela Metafísica, o tronco pela Física e os ramos desse tronco, formam todas as demais ciências que, por fim, se reduzem a três principais: a Medicina, a Mecânica e a Moral, entendo eu por Moral a mais alta e perfeita, a que, pressupondo cabal conhecimento das demais ciências, constitui o derradeiro grau de sabedoria (DESCARTES, 2007, p. 40).

Segundo Descartes, conforme passagem acima, a raiz que sustenta a árvore da filosofia é a metafísica, logo todas as outras ciências provém de alguma forma dela e sabendo da dificuldade que muitos leitores teriam para

⁴ *Princípios de Filosofia* (1644), doravante abreviado *Princípios* (1644).

entender essa origem metafísica das ciências ele escreveu as *Meditações (1641)* buscando esclarecer essas dúvidas. O livro *Meditações (1641)* é a principal fonte de dados para essa dissertação e nela são apresentadas as ideias de nosso autor, assim como nas operações matemáticas, a sequência de conceitos nas *Meditações (1641)* partem das mais fáceis até alcançar as mais difíceis, portanto espera-se que na última meditação que trata da existência das coisas materiais e da distinção real entre a alma e o corpo do homem esteja o máximo grau de complexidade, sendo assim a mais difícil de todas⁵.

Com a posse do correto entendimento dos conceitos do parágrafo anterior, temos a conquista da verdade que é condição fundamental para a conquista da liberdade que consistiria em última análise, a um livre uso da consciência, guiada pelo puro uso das regras de seu método, até se alcançar a verdade, estágio realizador da liberdade. Consonante à posse da liberdade, e consequente a esta conquista, o sujeito, agora, enfrenta outro problema, o de educar suas vontades segundo a razão, o que remete a uma questão moral.

Os capítulos foram divididos por segmentos, portanto temos no primeiro capítulo uma abordagem sobre a vida do filósofo com um breve histórico do seu passado, começando desde a sua infância, seguindo com seu ingresso na vida acadêmica no conceituado colégio La Flèche, posteriormente sua insatisfação com os estudos, sua admiração pela matemática, falamos também sobre a cultura da época em que ele estava inserido, sua dúvida metódica como fundamento do seu método, a identificação da *res cogitans* e da *res extensa*, a noção de ideia, a união do corpo com a alma e a função da glândula pineal.

No segundo capítulo é discutido o *cogito*, temos a identificação do sujeito como uma coisa pensante, a questão da verdade e sua comprovação através de seu método e não em suposições ou crenças, temos a comparação da teoria de Tomás de Aquino - as cinco vias quanto à comprovação da existência de Deus com a teoria cartesiana, a identificação por parte de Descartes tendo Deus como o único criador, a identificação do sujeito como um ser finito e imperfeito que necessita de causa para existir; a identificação da ideia das coisas sensíveis. Neste capítulo também abordamos a questão da consciência de si nas *Meditações (1641)*, da capacidade de julgar, da

⁵ Ver Gueroult, 1953, p. 7.

necessidade de organização na aquisição de conhecimento e como este sofre mudanças ao longo do tempo, a interpretação do *cogito ergo sum* segundo a visão de Hintikka (1963), a necessidade de ser obediente ao método como requisito para encontrar a verdade indubitável, a concepção real da existência do pensamento.

No terceiro capítulo falamos sobre a concepção da liberdade na filosofia cartesiana usando a pesquisa de Mariana de Almeida Campos (2010) que comparou a versão latina e francesa da obra *Princípios* (1644). Temos para o leitor as traduções a partir dos originais em latim e francês, dessa forma o leitor poderá comparar as traduções e concordar ou não com nossa análise. Na sequência tratamos sobre a moral utilizando as correspondências com a princesa Elisabeth e o *Discurso* (1637).

Reconhecemos haver esboçado nas cartas as ideias de pensamento de nosso filósofo sobre o tema, ainda que as *Cartas* não representem uma fonte de dados de valor confiável para a sociedade acadêmica, acreditamos ser uma importante fonte de dados que de algum modo enriquece nosso conhecimento sobre Descartes e sua filosofia, salienta-se ainda que algumas passagens que tratam do assunto em estudo nas *Cartas* são observadas com muita semelhança com as três máximas expostas no *Discurso* (1637).

Ainda no terceiro capítulo tratamos da questão do livre-arbítrio, a maneira correta de agir segundo decisões embasadas no uso da razão, a questão do engano no tocante à interpretação da liberdade. Por último temos a saída à hipótese da existência de um Deus enganador.

Por fim, na última parte temos as considerações finais sobre o tema discutido e a sugestão de uma continuação do trabalho.

1 Descartes: uma vida em busca de uma filosofia primeira

René Descartes nasceu na França em 31 de março de 1596. Filho de burgueses, nunca necessitou trabalhar em sua vida. Estudou no conceituado colégio La Flèche e posteriormente cursou direito na Universidade de Poitiers. De saúde frágil, ele vivia a convite no castelo da rainha Cristina da Suécia, o frio impiedoso da região e a rotina exaustante da rainha que começava muito cedo obrigava Descartes a se acordar às quatro e meia da manhã para fazer um trajeto de sua morada até o castelo para encontrar-se com a rainha pontualmente às cinco horas da manhã, terminou por causar uma pneumonia em nosso filósofo que o levou a morte em fevereiro de 1650.

A constante busca de uma base sólida para edificar sua nova filosofia acabou por provocar em nosso autor uma sequência de sonhos numa noite de novembro de 1619. Nesses sonhos foram revelados ao nosso autor um caminho para a conquista de seu objetivo, ele faz dessas revelações o seu projeto de vida. Precursor de uma nova forma de pensar o que justifica seu reconhecimento como o pai da filosofia moderna, Descartes coloca o sujeito no centro de sua teoria; entretanto não exclui a importância de Deus, visto que ele também faz parte de seu sistema. A dúvida aparece em seus pensamentos como um divisor de águas, uma ferramenta necessária para o alcance da verdade, tornando dessa forma possível a fundação de uma nova filosofia de bases sólidas e indubitáveis.

Ele sempre se sentiu insatisfeito com a educação que havia recebido no famoso colégio La Flèche, percebia a falta do uso de um método que fosse eficaz na aquisição e organização do conhecimento. Até mesmo a matemática, que ele tanto gostava, lhe causava insatisfação já que não concordava com método empregado em seu ensino porque na visão de nosso autor, tanto a aritmética quanto a geometria não apresentavam uma orientação metodológica clara⁶.

Entretanto, o nosso autor via na sequência de passos que os matemáticos usavam para alcançar o resultado final de suas equações uma ideia que poderia ser copiada e empregada em sua filosofia, tornando a

⁶ Ver introdução do Livro “Descartes Os Pensadores”, Abril Cultural, 1979.

matemática mais límpida ao reduzi-la da geometria para a álgebra, ele buscava criar uma ciência universal, livre dos números e eficaz na aquisição de conhecimento para qualquer sujeito que se dedicasse estudar o seu método⁷. Observa-se na *Primeira Meditação*, que Descartes não sai em busca da verdade, visto que ele apenas tinha impressões das coisas que lhe foram ensinadas e que em sua opinião provinham de velhos prejuízos⁸ que tinham sido mal fundados ao longo de sua vida, portanto estes conhecimentos não ofereciam nenhuma certeza ao nosso filósofo.

Ainda na *Primeira Meditação* percebe-se que o filósofo usou a dúvida metódica como uma estratégia para desfazer-se de tudo que aprendera, desse modo poderia recomeçar do princípio a fundamentar sua nova filosofia, desta vez em bases sólidas e indubitáveis para qualquer um que se detivesse em estudá-la, então ao invés de examinar cada uma das opiniões e conceitos que tinha adquirido ao longo da vida, o que seria um trabalho infinito, nosso autor preferiu examinar a origem em que os conceitos/ideias estavam embasados e como a ruína do alicerce de um prédio leva consigo toda a edificação, assim também seria com a sua ciência, uma vez fundamentada uma base firme a edificação do saber não correria nenhum risco de desabar. A dúvida, portanto observada na filosofia cartesiana não é a mesma observada pelos céticos que duvidam apenas por duvidar e que no final permanecem indecisos e contaminam os outros com sua indecisão, a dúvida para nosso filósofo é uma ferramenta, uma estratégia para a descoberta de algo que seja irrefutável.

Na *Segunda Meditação*, o nosso autor havia descartado todos os antigos conhecimentos que recebera de sua formação acadêmica, familiar e religiosa, para na sequência recomeçar a busca pelo conhecimento onde ele seria o autor de todas as suas conclusões. Ao utilizar a dúvida, elimina um a um seus antigos preconceitos⁹, de forma que a cadeia de indagações o conduzem à primeira pergunta: “Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa” (DESCARTES, 1979b, p. 95). Nosso filósofo finalmente encontra a primeira certeza, o *cogito ergo sum*, com a qual edificará sua nova filosofia.

⁷ Idem

⁸ Prejuízos refere-se a tudo que o filósofo aprendeu desde sua infância sem ter comprovação através da razão.

⁹ Preconceitos com o mesmo significado de prejuízos.

1.1 A cultura da época e a descoberta do método

Os séculos XVI e XVII foram um período marcado por profundas transformações, conflitos políticos causados por divergências religiosas entre católicos e protestantes como a guerra dos Trinta anos (1618 – 1648) e novas perspectivas científicas que clamavam um método que organizasse melhor o modo de pensar do sujeito. Nesse cenário, temos o nosso autor que agraciado pela nobre origem nunca precisou trabalhar para se sustentar, e, desse modo passou a vida a viajar como que um mero espectador; viajar para ele era o mesmo que conversar com outros séculos. Ele buscava estudar o comportamento de outras nações porque acreditava que os costumes e tradições passam de pais para filhos, de geração em geração, como uma forma de encontrar as respostas que tanto buscava para edificar sua teoria.

Ele alistou-se na carreira militar e renunciou em 1620; durante a guerra dos trinta anos (1618 -1648) aproveitou para estudar os corpos dos soldados mortos em combate¹⁰, analisava os cadáveres na busca incessante de entender o funcionamento do corpo humano. Seu projeto de vida, sua teoria filosófica, clamava por um método, e, assim ele desenvolve um com o qual encontra o *cogito ergo sum* e aliado com o uso dos princípios de resolução dos cálculos matemáticos, onde temos a geometria como algo abstrato e que é reduzida para a forma algébrica de modo que se permite manipular os números para encontrar a solução da equação, assim também acontece com o método cartesiano, de modo que suas regras devem ser rigorosamente seguidas de acordo com a sequência exposta a seguir:

1ª - Não aceitar nada como verdadeiro até que se apresente provas com clareza e distinção;

2ª - Dividir cada uma das dificuldades nas suas partes mais simples, de modo a facilitar a resposta;

3ª Conduzir o raciocínio por uma ordem, começando pela parte mais simples e acabando na parte mais complexa;

4ª Enumerar cuidadosamente todo o processo de modo que não fique nada por dizer.

¹⁰ Ver introdução do Livro “Descartes os Pensadores”, Abril Cultural, 1979.

Respeitada a sequência das regras de seu método, o sujeito terá a capacidade de encontrar uma explicação sobre funcionamento de um objeto, qualquer sujeito que assim faça encontrará as mesmas respostas, isso é o que valida o seu método e o diferencia dos demais, pois a evidência pode ser alcançada por qualquer um que nela se aplique a conhecer. Tudo tem um princípio de funcionamento particular, cabe ao sujeito descobrir através do trabalho de análise e conhecimento.

1.2 A res extensa e a res cogitans

Nosso autor passou a utilizar seu método para começar a fundar sua nova filosofia. Nesse processo descobriu a *res extensa*, ou seja, o conceito de extensão e forma que cada objeto possui de forma particular, como por exemplo, as formas e dimensões de seu corpo, ou as formas e extensões de todas as outras coisas que estão fora de si e que podem ser percebidas pelo uso dos sentidos. Para fundamentar essa descoberta nosso filósofo se utilizou de um pedaço de cera conforme exposto na *Segunda Meditação*, ele atribui à cera qualidades de: odor de flores, peso e forma, som e sabor doce. Submeteu esse pedaço de cera a experimentos. Expondo ao calor ele notou que sua forma se alterou, sua cor mudou, se batesse na cera em estado líquido nenhum som seria produzido, todas as suas características mudaram, mas ainda se tratava do pedaço de cera do princípio do experimento, vejamos segundo suas palavras:

A mesma cera permanece após essa modificação? Cumpre confessar que permanece: e ninguém pode negar. O que é, pois, que se conhecia deste pedaço de cera com tanta distinção? Certamente não pode ser nada de tudo o que notei nela por intermédio dos sentidos, posto que todas as coisas que se apresentavam ao paladar, ao olfato, ou à visão, ou ao tato, ou à audição, encontraram-se mudadas e, no entanto, a mesma cera permanece (DESCARTES, 1979b, p. 96).

O que ele quer nos dizer e ensinar com esse experimento é a concepção da ideia de que as características percebidas pelo sujeito através dos sentidos permanecem as mesmas, ora a cera do princípio, aquela retirada da colmeia, e depois a cera do final do experimento não são a mesma, sabemos

que a cera antes de ser aquecida possuía uma determinada cor, forma, odor, sabor e produzia um som se batêssemos nela, todavia no final do experimento sua cor, odor, sabor não eram os mesmos, tampouco era possível produzir algum som se batêssemos nela em estado líquido. Porém observa-se que antes do experimento ela possuía uma forma que ocupava um determinado espaço, e observou-se que esse pedaço de cera é mutável, ou seja, pode ter sua forma modificada sob ação de algum agente externo, logo antes do experimento e depois do experimento a cera continuava a apresentar as mesmas características em sua essência: sabor, odor, cor, forma e som. Veja que cada uma dessas características (sabor, odor, cor, forma e som) percebidas pelos sentidos mudaram, mas permaneceram existindo, é a essa questão que ele se refere, pois é claro e evidente que a cera do começo do experimento não é a mesma do final depois de exposta ao calor.

Ora, não é verdade que envelhecemos e que nossa aparência adulta é bem diferente de quando somos crianças? Mas a nossa essência permanece a mesma apesar da modificação corpórea que a matéria sofre ao longo dos anos e que continuamos a apresentar características de extensão, cor, cheiro entre outros aspectos. Paralelamente a descoberta da *res extensa*, nosso filósofo também descobriu a *res cogitans*, ou seja, a parte pensante que segundo ele está contida na alma. Descartes entendeu que a *res cogitans* caracteriza-se como uma essência invisível, mas dotada da capacidade de pensar, de criar, de querer, de não querer entre outros, sobre esses aspectos temos uma diferenciação entre pensamento e vontade, uma vez que para ele, algumas coisas configuram-se apenas como vontades, vejamos na passagem:

Pelo nome de pensamento, compreendo tudo quanto está de tal modo em nós que somos imediatamente seus conhecedores. Assim, todas as operações da vontade, do entendimento, da imaginação e dos sentidos são pensamentos. Mas acrescentei imediatamente, para excluir as coisas que seguem e dependem de nossos pensamentos: por exemplo, o movimento voluntário tem, verdadeiramente, a vontade como princípio, mas ele próprio, no entanto, não é um pensamento. (DESCARTES, 1979c, p. 169).

O ato de andar, por exemplo, não é uma forma de pensamento, é uma vontade que faz com que as pernas se movam e desse modo o sujeito caminha, assim como a fome, a sensação de dor no estômago originada no corpo que pede pelo alimento, enquanto que o pensamento é caracterizado como ideias que requerem de algum modo uma forma de raciocínio, sobre o conceito de ideia temos a passagem:

Pelo nome de ideia, entendo esta forma de cada um de nossos pensamentos por cuja percepção imediata temos conhecimento desses mesmos pensamentos. De tal modo que nada posso exprimir por palavras, a compreender o que digo, sem que daí mesmo seja certo que possuo em mim a ideia da coisa que é significada por minhas palavras (DESCARTES, 1979c, p. 169).

De acordo com o trecho citado, temos que a ideia de um objeto apresenta-se ao sujeito e este faz uma interpretação transformando a ideia, ou seja, o pensamento que é algo invisível e abstrato, em palavras as quais remetem a qualquer sujeito o entendimento de sua ideia. As ideias podem ser de três tipos: inatas, adventícias ou fictícias. As ideias inatas são aquelas que estão presentes desde sempre na alma do sujeito, como por exemplo, a ideia de perfeição, a ideia de infinito, a ideia de Deus. As ideias adventícias são aquelas que vem do exterior, ou seja, que o sujeito adquire através do uso da razão; é o conhecimento.

As ideias fictícias são aquelas caracterizadas por objetos ou seres em que a existência não foi comprovada, como exemplo podemos considerar a ideia de uma sereia que seria fruto da união do corpo de uma mulher com a cauda de um peixe, ainda que seja considerada uma quimera, não pode ser negado o fato que a sereia existe enquanto forma de pensamento. Essa união, do material que pode ser tocado no mundo real com o imaterial que existe sob a forma de pensamento é incompreensível para o sujeito porque sua natureza finita limita-o no entendimento de algo feito por um ser perfeito, de modo que Descartes reconhece a sua debilidade e imperfeição e conclui que para a edificação de uma nova ciência será necessário não se deixar levar pelos erros de percepção e pelas precipitações no julgamento.

Portanto, dizemos que Descartes é um idealista, porque o conhecimento em sua filosofia parte das ideias, não das ideias fantasiosas ou daquelas

baseadas em crenças, mas das ideias que são comprovadas com o uso da razão. A esse respeito temos um trecho:

O termo idealismo não significa necessariamente que a realidade tal como é dada aos sentidos perde definitivamente valor e toda consciência, ficando o mundo dos sentidos relegado para sempre ao nível da fantasia. O idealismo pode significar que se assume doravante uma nova hierarquia entre os sentidos e intelecto, não só do ponto de vista dos resultados finais do conhecimento (e aqui o conhecimento intelectual sempre teve privilégio), mas também e principalmente da perspectiva do ponto de partida e como princípio. (SILVA, 2005, p. 11).

1.3 A união corpo e alma

Costuma-se afirmar que nosso autor é dualista, uma vez que ele concebe ao sujeito duas realidades distintas: a alma e o corpo, substância pensante imaterial e substância extensa, visível e tangível respectivamente. O corpo é divisível; é fácil conceber um homem sem uma perna ou sem um braço, porém o mesmo não acontece quando falamos da alma. A alma é indivisível, nunca ninguém conseguiu dividir o pensamento, sequer cogita-se tal ato dado a sua singularidade e complexidade. A alma e o corpo estão intrinsecamente unidos e esta comunhão induz ao desenvolvimento das duas últimas ciências esboçadas na figura da árvore da sabedoria: a medicina e a moral.

A medicina busca tratar a parte material, ou seja, o corpo do sujeito como uma máquina e a moral a parte subjetiva das relações, mas não menos real que a existência do corpo, para que a felicidade seja atingida na sua plenitude é necessário que ambas as partes, corpo e alma, estejam em perfeita harmonia. Descartes afirma que é graças à alma que o sujeito tem a capacidade de pensar, segundo ele, essa característica é inerente apenas à alma e não do corpo físico.

O corpo do sujeito poderia ser comparado como uma máquina que efetua movimentos mecânicos, mas que depende da alma para ser governado, assim como um carro necessita de um motorista para dirigi-lo. Pode-se entender melhor a relação de união entre o corpo e alma ao imaginar que o corpo serve de abrigo para a alma de modo que à alma fica a tarefa do pensamento e ao

corpo a tarefa de executar suas ordens e de enviar sensações provenientes do ambiente externo através dos sentidos.

[...], se por acaso não olhasse pela janela homens que passam pela rua, à vista dos quais não deixo de dizer que vejo homens da mesma maneira que digo que vejo cera; e, entretanto, que vejo desta janela, senão chapéus e casacos que podem cobrir espectros ou homens fictícios que se movem apenas por molas? Mas julgo que são homens verdadeiros e assim compreendo, somente pelo poder de julgar que reside em meu espírito, aquilo que acreditava ver como meus olhos (DESCARTES, 1979b, p. 97).

Conforme a passagem citada, retirada da Segunda Meditação, temos que nosso autor julga se realmente são homens as figuras que ele vê pela janela, ou se seriam apenas bonecos a executar movimentos mecânicos pré-determinados pelo seu criador, porém no final do trecho ele diz que acredita que realmente são homens as figuras que vê, para ele não há mérito algum na carne, ela não é a responsável pelo seu próprio movimento, tampouco ela seria capaz de criar ou de armazenar conhecimento.

Sem a alma o homem seria apenas um pedaço de carne e ossos que teria a capacidade de executar movimentos mecânicos se de alguma forma houvesse um sistema para movimentá-lo assim como acontece com os relógios de corda, ele ainda afirmou no livro *Paixões (1649)*¹¹ ser a glândula pineal o elo do corpo físico com a alma, essência única dada por Deus ao sujeito, conforme observamos na passagem:

É necessário também saber que, embora a alma esteja unida a todo o corpo, não obstante há nele alguma parte em que ela exerce, suas funções mais particularmente do que em outras; crê-se comumente que esta parte é o cérebro [...]. Mas, examinando o caso com cuidado, parece-me ter reconhecido com evidência que a parte do corpo em que a alma exerce imediatamente suas funções não é de modo algum o coração, nem o cérebro todo, mas somente a mais interior de suas partes, que é certa glândula muito pequena, situada no meio de sua substância, e de [...] (DESCARTES, 1979d, p. 229).

Na próxima passagem, temos uma justificativa que o nosso filósofo usa acerca da função dessa glândula:

¹¹ As *Paixões da Alma* (1649) doravante abreviado *Paixões* (1649).

A razão que me persuade de que a alma não pode ter, em todo o corpo, nenhum outro lugar, exceto essa glândula, onde exerce imediatamente suas funções é que considero que as outras partes do cérebro são todas duplas, assim como temos dois olhos, duas mãos, duas orelhas, e enfim todos os órgãos de nossos sentidos externos são duplos; e que, dado que não temos senão um único e simples pensamento de uma mesma coisa ao mesmo tempo [...] (DESCARTES, 1979d, p. 229).

Vemos que nosso autor acredita que essa glândula seja o canal de ligação com a alma porque todos os órgãos dos sentidos apresentam-se aos pares e a glândula em questão não; seguindo com a passagem, ele justifica que a visão que temos através de dois olhos formam duas imagens, mas que estas são unidas antes de chegar na alma afim de que não se crie confusão com a impressão de dois objetos quando na realidade existe apenas um na frente do sujeito, pensamento adiantado para época de Descartes visto que a medicina do século XVII era muito rudimentar, os médicos, por exemplo, não esterilizavam suas mãos em procedimentos cirúrgicos e ainda estavam descobrindo sobre a circulação sanguínea.

Não podemos deixar de mencionar que o livro *Paixões (1649)* são um testemunho claro da união do corpo e da alma, nesse livro nosso autor separa o que pertence ao corpo e o que pertence à alma, mostrando como um atenta contra o outro. Nessa disputa, corpo e alma, o sujeito que usa a razão de forma correta alcança um contentamento na alma porque ele se torna capaz de domesticar suas paixões, é isso que Descartes busca mostrar, que o sujeito tem a capacidade de educar seus desejos de modo preservar a sua vida.

Nosso autor identifica seis paixões: admiração, amor, ódio, desejo, alegria e tristeza, são essas paixões que comprovam existir uma união do corpo com a alma como se fossem apenas uma só coisa, porque é observado que algumas das paixões citadas são naturais do corpo enquanto outras são naturais da alma, nosso autor ainda fala sobre a morte no artigo seis das *Paixões (1649)*, segundo ele a causa da morte do sujeito não provém da alma, mas sim do desgaste do corpo ao longo do tempo e que em algum momento alguma de suas partes se corrompe criando um colapso no funcionamento do corpo.

Interessante notar esse aspecto sobre a morte porque na filosofia cartesiana em nenhum momento Descartes supõe vida após a morte ou diz que um certo agir garantirá a vida no paraíso, entretanto a filosofia de Descartes se mostra como uma filosofia do presente em que a preservação do dom da vida seria o bem maior que o sujeito poderia ter e que esta seria alcançada com o uso da razão; no domínio de suas vontades e na sabedoria na tomada de decisões. Elucidado assim em sua filosofia que a capacidade de pensar é inerente da alma e sua relação com o corpo conforme explicado; além de sua convicção sobre a função da glândula pineal, temos como sequência no desabrochar de sua filosofia a questão da consciência do sujeito, como isso foi descoberto e qual a sua importância na edificação de mais um degrau da teoria de nosso autor, rumo à descoberta da liberdade e da moral.

2 A descoberta do cogito como pressuposto para uma teoria da consciência

A descoberta do *cogito*, fundamentada na *Segunda Meditação*, possibilitou o desenvolvimento da teoria cartesiana da criação, graças à primeira certeza, do sujeito ser uma coisa pensante:

Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente (DESCARTES, 1979b, p. 95).

A capacidade de pensar trouxe a descoberta da consciência de si e esta por sua vez deu ao nosso autor condições para a elaboração de uma teoria universal através do conhecimento adquirido pelo seu método. Descartes a princípio admitia verdades absolutas, mas no decorrer da *Primeira Meditação*, no desenrolar de suas observações, o seu entendimento começou a perceber que tais verdades absolutas careciam de bases sólidas porque o que antes julgava ser verdadeiro agora se mostrava incerto e duvidoso quando dedicava seu tempo em conhecer e desvendar melhor o objeto, assim começou a questionar as bases do conhecimento, criticando dessa forma a filosofia tomasiana com embasamento aristotélico.

Contrapondo-se a teoria de nosso autor que utiliza a evidência e um método para encontrar a verdade, temos a teoria tomasiana. Para continuarmos com essa linha de análise, comparando as duas teorias, cartesiana e tomasiana, exporemos de forma breve quais são e o que postulam as cinco vias de Tomás de Aquino. A primeira via: O argumento do primeiro motor. Na primeira via temos a afirmação de que tudo que se move é movido primeiramente por outra força, e que tal movimento pode ser verificado pelos sentidos. No entanto, esta via indica ser impossível que a coisa que se move tenha em si própria o princípio gerador do seu movimento. De modo que se supõe haver outro motor que é responsável por mover o motor anterior, assim sucessivamente. Como não é possível sustentar uma linha infinita de motores que justifique o movimento de seus precedentes, surge o primeiro motor que é chamado de Deus.

A segunda via: O argumento da primeira causa eficiente. Nessa via temos a abordagem acerca das coisas sensíveis, em que são observadas uma ordem de causas eficientes. Todavia, julga-se impossível conceber uma coisa que seja em si mesma a causa eficiente porque a causa eficiente precede de algo anterior a si mesma. Do mesmo modo que é impossível conceber motores movendo outros motores ao infinito conforme exposto na primeira via, aqui também verifica-se ser impossível proceder até o infinito na série de causas eficientes, pois se remover a causa, remove-se também o efeito e como nas causas eficientes a primeira é causa da média, e esta, da última, sejam as médias muitas ou uma só, não haveria nem última nem média (BOEHNER & GILSON. 1985, p. 454). Novamente, necessita-se admitir a causa eficiente que antecede todas as outras, e chama-se a esta de Deus.

A terceira via: O argumento do existente necessário. Essa via postula que: “é impossível que todas as coisas desta natureza existam sempre, pois o que existe, alguma vez não existiu. Se, portanto, todas as coisas podem não existir, houve tempo em que nenhuma existia” (BOEHNER & GILSON. 1985, p. 455). Novamente, para uma coisa existir é necessário que alguma outra coisa exista antes e tenha poder para criá-la. Também verifica-se a impossibilidade de retroceder ao infinito na busca de encontrar a primeira coisa que criou as outras, desse modo, é necessário admitir um ser capaz de ter sido o seu criador, conclui o fundador das cinco vias que este chama-se de Deus.

A quarta via: O argumento pelos graus do ser. Temos o seguinte:

Verificamos, nas coisas, um mais e um menos de verdade, de nobreza e de outras qualidades semelhantes. Ora, o mais e o menos não se dizem de coisas diversas senão enquanto estas se aproximam em proporção diversa de algo que contém o máximo deste ser; assim o mais cálido é o que mais se aproxima do maximamente cálido. Há, portanto, algo verdadeiríssimo, ótimo e nobilíssimo e, por conseguinte, maximamente ser. Pois o que é maximamente verdadeiro é também maximamente ser. (BOEHNER & GILSON, 1985, p. 455).

Conclui-se que deve existir um ser que é a causa de todos os outros, chamam esse de Deus. A quinta via: O argumento do governador supremo das coisas. Na última via observa-se que algumas coisas carecem de conhecimento,

entretanto há uma inteligência superior que colocou uma ordem no universo. Entende-se na quinta via que há uma inteligência a governar todas as coisas, conforme elucidado na passagem:

“Ora, o que não possui conhecimento só tende ao fim quando dirigido por algo conhecedor e inteligente, como a flecha pelo arqueiro. Há, pois, algo inteligente pelo qual todas as coisas naturais se ordenam ao fim, e a que chamamos Deus” (BOEHNER & GILSON, 1985, p.456).

As cinco vias tomasianas buscam demonstrar a existência de Deus fundamentada na causalidade, mas para isso, Tomás de Aquino não utiliza a evidência ou um método que assegure a veracidade de sua teoria, por essa razão para Descartes as cinco vias não possuem evidências fortes o suficiente para serem dignas de mérito. As justificativas que são apresentadas em cada uma das cinco vias são pressuposições da existência de Deus, independentemente da *res extensa*. As cinco vias não asseguram a existência de Deus, e tampouco a existência do mundo.

O nosso autor também duvidou da *res extensa* e se com o auxílio dos sentidos existe a possibilidade da existência do mundo não ser verdadeira, o que se dirá então de Deus que não se pode ver? No entanto a teoria cartesiana na busca de sua solidez demonstra primeiramente a existência da consciência através do desligamento dos prejuízos do passado e da reconstrução do saber, lançando para isso o uso de seu método e dessa forma ele encontrou o *cogito*; uma vez que Descartes prova a existência do sujeito como uma coisa pensante, sai em busca das outras verdades, entre elas a prova da existência de Deus e da *res extensa*.

Os problemas da teoria tomasiana caracterizam-se pela incapacidade de demonstrar a existência divina, uma vez que considera o mundo como algo evidente, mas falha na sua demonstração, assim, tanto Deus quanto o mundo apresentam-se como crenças ou suposições sem que haja um meio seguro de comprová-los. Para Descartes, de acordo com Silva (2005), sobre a existência do mundo material temos:

Sendo o intelecto, de agora em diante, o único princípio de conhecimento, a realidade sensível do mundo material terá de ser de alguma forma demonstrada no nível do intelecto

[...] o mundo material não está irremediavelmente condenado a desaparecer, mas a realidade que lhe é própria não provém, enquanto verdade, da percepção dos sentidos, mas sim da demonstração intelectual de que as coisas que percebemos existem verdadeiramente (SILVA, 2005, p. 11).

Ainda que as provas de nosso autor sejam consideradas muito metafísicas, sua teria demonstra ter mais clareza e distinção que a tomasiana, pois enquanto Tomás de Aquino pressupõe a existência de Deus, nosso autor usa da evidência para provar sua existência. Na próxima parte teremos a argumentação da existência do mundo, do sujeito e de Deus segundo nosso autor.

2.1 Deus é o único criador

O sujeito identifica-se como criatura porque percebe que sua existência não tem sua origem em si próprio, ele atribui a causa de sua existência a um ser superior conforme passagem:

Ora, se eu fosse independente de todo outro ser, e fosse eu próprio o autor de meu ser, certamente não duvidaria de coisa alguma, não mais conceberia desejos e, enfim, não me faltaria perfeição alguma; pois eu me teria dado todas aquelas de que tenho alguma ideia e assim seria Deus (DESCARTES, 1979b, p. 109).

Observa-se que no sujeito infinito não existe causa para justificar sua existência, enquanto que um sujeito finito não pode ser a causa de outro ser infinito porque há encerrado no sujeito infinito perfeição e esta não é encontrada no sujeito finito. Na filosofia cartesiana não há nenhuma distinção entre intelecto e vontade de Deus porque para Descartes são uma coisa só, enquanto que na filosofia tomasiana carecia a diferenciação entre o que era dependente do intelecto divino e o que era dependente da vontade de Deus. Na *Terceira Meditação*, nosso autor concebe Deus como uma figura soberana, eterna, infinita e responsável pela criação de todas as coisas que estão fora dele, conforme segue:

Pelo nome de Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu próprio e todas as coisas que são (se é verdade que há

coisas que existem) foram criadas e produzidas (DESCARTES, 1979b, p. 107).

De acordo com esse conceito, ao conceber Deus como um ser perfeito e bondoso, não admite-se falhas em suas obras, e se por algum motivo o sujeito encerra em si imperfeição isto reflete a sua característica finita, já que o erro não provém de Deus conforme nosso autor na *Quarta Meditação*:

Pois, primeiramente, reconheço que é impossível que ele me engane jamais, posto que em toda fraude e embuste se encontra algum modo de imperfeição. E, conquanto pareça que poder enganar seja um sinal de sutileza ou poder, todavia querer enganar testemunha indubitavelmente fraqueza ou malícia. E portanto, isso não se pode encontrar em Deus (DESCARTES, 1979b, p. 115).

Desse modo percebe-se que a causa do erro não é Deus; o homem tem sempre almejado a perfeição, ainda que jamais encontre na sua forma suprema, como é a forma encerrada em Deus; o sujeito pode experimentá-la em várias circunstâncias da vida, em diferentes graus, condizente com sua natureza finita desde que para isso faça o correto uso da razão, assim como a matemática que parece ser perfeita à medida que o sujeito aprofunda no seu estudo e descobre seus segredos. Ainda sobre Deus, encontra-se a ideia de essência e existência e da certeza que é impossível separar uma da outra conforme passagem:

Pois, estando habituado em todas as outras coisas a fazer distinção entre existência e a essência, persuado-me facilmente de que a existência pode ser separada da essência de Deus e de que, assim, é possível conceber Deus como não existindo atualmente. Mas, não obstante, quando penso nisso com maior atenção, verifico claramente que a existência não pode ser separada da essência de Deus, tanto quanto a essência de um triângulo retilíneo não pode ser separada da grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos ou, da ideia de uma montanha, a ideia de um vale [...] (DESCARTES, 1979b, p. 125).

Na *Sexta Meditação*, Descartes afirma a existência das coisas materiais, da diferença entre corpo e alma, demonstrando suas observações através da ideia da consciência sensível que são as ideias do mundo externo que apresentam-se ao sujeito, e, que são interpretadas em forma de pensamento, interessante mostrar que independente da vontade do sujeito em querer

interpretar ou não, o fato é que as ideias externas criam algum tipo de conceito sob a forma de pensamento no sujeito de forma instantânea.

Descartes afirma que Deus é o criador de todas as coisas, segundo Gleizer (1999), o conceito de coisa para nosso autor seria tanto aquilo que possui existência atual ou referir-se à realidade objetiva da ideia ou ainda à possível existência das essências. Por isso quando o sujeito imagina algo que não existe no mundo real, afirma-se que este existe sob a forma de pensamento, em outra parte, nosso autor remete a ideia de liberdade que um escravo tem enquanto dorme, e que tal fato se apresenta de forma tão real que o escravo tem sensações de como seria sua liberdade de modo que deseja não acordar do sonho. Não se pode negar o fato de que o pensamento é algo tão real quanto o mundo real e que o mesmo pode causar sensações ao sujeito muito reais como se ele estivesse desperto.

Deus é o único criador na medida em que as ideias claras e distintas dão a certeza das coisas ao sujeito, mas o fundamento dessa questão está em última instância em Deus. Desse modo temos que a interpretação de coisa para Descartes não se limita apenas em identificar a matéria através dos sentidos, mas de considerar a subjetividade encerrada em si que abrange o abstrato como as verdades eternas e as essências. Pode-se compreender a teoria cartesiana da criação como uma concepção universal em que encontramos Deus como o criador de todas as coisas, entre elas o sujeito.

Diante do exposto, nosso autor se indaga: é possível existir uma exceção à ação criadora, em outras palavras, seria possível existir essências que são criadas e outras que são incriadas? A resposta de nosso autor para essa questão é negativa porque Deus envolve uma natureza eterna e imutável, que não pode não existir. Portanto, mesmo as essências eternas e imutáveis são necessariamente criadas, a única exceção observada é o próprio Deus, conforme passagem:

Quando, depois, passa em revista as diferentes ideias ou noções que estão em si, e acha a noção de um ser onisciente, todo-poderoso e muito perfeito, ajuíza com facilidade através do que apreende em tal ideia, que Deus, que é esse Ser todo perfeito, é ou existe. Efetivamente, ainda que o pensamento tenha diferentes ideias de muitas

outras coisas, não acha aí nada que lhe dê a certeza de existência de seu objeto; enquanto observa nessa ideia não só uma existência possível, como nas outras, porém uma inteiramente necessária e eterna. E, como observa que na ideia do triângulo se acha compreendido que seus três ângulos são iguais a dois retos, convence-se, de modo absoluto, que triângulo tem três ângulos iguais a dois retos: visto que se apercebe de que a existência necessária e eterna compreende-se na ideia de um Ser inteiramente perfeito, deve concluir que um Ser assim completamente perfeito, é ou existe (DESCARTES, 2007, p. 58-59).

A natureza de Deus para nosso autor dispensa uma causa eficiente que justifique sua existência, ou seja, Deus é o único ser capaz de dar a si mesmo a causa de sua existência, enquanto o sujeito depende da vontade de Deus para ser criado. Nosso autor considera Deus como um ser incriado, ou seja, não necessita de causa para existir, já o sujeito, sua criatura exige causa para existir, sua existência pede um criador.

A existência do sujeito se dá através de três aspectos: o primeiro, a parte biológica que se deve à união do material biológico que dará origem ao corpo material, que servirá de habitação para a alma; o segundo que configura-se no momento que a alma é dada por Deus, por sua suprema bondade e o terceiro refere-se a íntima relação que há entre a parte biológica, corpo, e a parte espiritual, a alma. A causa corporal já é conhecida, a relação corpo/alma é o objeto de estudo de nosso autor.

Outra diferença que é observada em relação à teoria tomasiana diz respeito ao fato de que a essência dependeria do intelecto divino sem uma diferenciação do que seria dependente da vontade divina. Enquanto que na teoria de nosso autor, é Deus quem dá essa essência ao sujeito que desse modo confirma a sua condição de criatura por sua natureza finita e da necessidade de outro ser para criá-lo. Quando Descartes afirma que todas as coisas dependem da vontade de Deus para existir, novamente entra em conflito com a teoria tomasiana da criação.

As ideias das coisas sensíveis apresentam-se ao sujeito pelos sentidos ou através deles e independentemente da existência do sujeito, as coisas externas continuarão existindo, nosso autor busca provar que os sentidos quando educados no cuidadoso uso da razão, podem proporcionar aquisição de

conhecimento de forma segura e eficaz. Segundo nosso autor, a realidade das coisas sensíveis está contida no objeto que é observado, de modo que essa realidade não poderia ter sua origem em algum outro objeto porque assim não haveria modos seguros para comprová-lo.

Independentemente das ideias das coisas sensíveis terem sua causa no mundo exterior ao sujeito, Descartes busca o uso de seu método para evitar o erro, e apesar de considerar Deus como um ser perfeito e bondoso, sabe que o sujeito em sua essência possui deficiências por sua natureza finita e imperfeita. Não seria um erro considerar Deus como responsável na conexão entre as minhas ideias das coisas sensíveis e a natureza corpórea? Temos aqui um trecho da *Sexta Meditação* onde nosso autor fala sobre a certeza da existência do mundo material.

E, primeiramente, não há dúvida de que tudo o que a natureza me ensina contém alguma verdade. Pois, por natureza considerada em geral, não entendo agora outra coisa senão o próprio Deus, ou a ordem e a disposição que Deus estabeleceu nas coisas criadas. E, por minha natureza, em particular, não entendo outra coisa senão a complexão ou conjunto de todas as coisas que Deus me deu (DESCARTES, 1979b, p. 136).

Sobre a dúvida de ter um corpo, temos:

Ora, nada há que esta natureza me ensine mais expressamente, nem mais sensivelmente do que o fato de que tenho um corpo que está mal disposto quando sinto dor, que tem necessidade de comer ou de beber, quando nutro os sentimentos de fome ou de sede, etc. E portanto, não devo, de modo algum, duvidar que haja nisso alguma verdade (DESCARTES, 1979b, p. 136).

Percebe-se nas passagens acima que Descartes afirma que a natureza em que o sujeito está inserido ensina-lhe algo de verdadeiro porque é dela que ele se utiliza para se preservar, ora, se natureza é obra de Deus, não pode haver embuste em sua criação, logo, o sujeito também é obra de Deus e faz parte do conjunto da obra, e na natureza do sujeito encontram-se várias características, entre elas a consciência sensível passiva que conduz a ideia das coisas corpóreas. De acordo com esse pensamento, Descartes considera serem verdadeiras as ideias das coisas corpóreas já que segundo ele Deus é o criador de todas as coisas.

2.2 O conceito da consciência de si nas Meditações

A questão da consciência de si remete ao ponto chave para esse trabalho, visto que o entendimento da questão da liberdade e da moral é alicerçado no desdobramento do *cogito ergo sum*. Cottingham afirma:

Nas Meditações, depois de demonstrar a certeza de sua própria existência na qualidade de "coisa pensante", Descartes sai em busca de um critério geral para o conhecimento certo: "Estou certo de ser uma coisa pensante; será que não saberei também, por essa razão, o que é necessário para estar certo de algo?" Nessa primeira descoberta, há apenas uma clara e distinta percepção daquilo que afirmo; e ela não seria suficiente para me assegurar que é verdadeira nesse caso, se aquilo que percebi com tal clareza e distinção fosse, afinal, falso. (COTTINGHAM, 1995, p. 36 – 37).

De acordo com Cottingham (1995), o trecho citado expõe a certeza que Descartes tem de ser uma coisa pensante, mas coloca em evidência a questão de como as ideias se apresentam ao sujeito, de modo que elas nem sempre são claras e distintas. Nosso filósofo afirma que algumas ideias apresentam-se com tamanha clareza e distinção que é impossível questionar a sua veracidade, por exemplo, algo que é feito não pode ser desfeito, outro exemplo é o fato da certeza da existência do pensamento¹².

Em outras palavras, quando o sujeito dedica seu tempo à tarefa de concentração na identificação da verdade nas suas ideias, é como se ele estivesse desmembrando suas partes para serem analisadas, em seguida, após entender seu funcionamento de forma clara e distinta a possibilidade de erro seria anulada. Nosso autor ainda diferencia o que seriam as ideias que apresentam-se ao sujeito como distintas das ideias que apresentam clareza, por exemplo, dois e três são cinco, essa operação matemática possui clareza e distinção porque apresenta-se de modo tão claro e distinto que o sujeito não encontra dúvida, mas se for dito que um homem sente uma dor no pé, essa ideia irá apresentar diferentes conceitos para cada um, essa é uma ideia indistinta, apresenta um caráter subjetivo pois a dor é entendida de diferentes formas para cada sujeito, de modo que cada indivíduo possui uma referência de

¹² Ver "Descartes e o Conceito da Consciência de Si nas Meditações", Ethel Alvarenga, 1991.

dor baseada em sua experiência ao longo da vida com a dor física, sendo portanto diferente de sujeito para sujeito; essa diferenciação de ideias não ocorre com a operação matemática descrita anteriormente, em qualquer lugar do mundo, em qualquer idioma, a ideia da operação matemática de soma de dois com três igual a cinco sempre será interpretada de forma clara e distinta.

Para Descartes a capacidade de julgar é algo que acontece na consciência, quanto mais clareza e distinção apresentarem-se ao sujeito através da consciência, maior será sua capacidade de efetuar um julgamento correto. Lembramos que nesse cenário incluem-se as ideias que se originam nos sentidos, ou seja, as sensações que o corpo material imprime no sujeito. De fato, o método cartesiano consiste em regras simples e fáceis de serem entendidas para qualquer um, entretanto as ideias que se apresentam à consciência carregam em si um grau elevado de complexidade de modo que é travada uma grande batalha para tentar separar o verdadeiro do falso.

As ideias que se apresentam com clareza e distinção num primeiro momento, podem se mostrar dúbias quando analisadas com mais atenção; por essa razão é necessário cuidado no reconhecimento do que é percebido de forma clara e distinta daquilo que aparentemente se mostra claro e distinto. Por esse motivo a compreensão da consciência é tão importante, nas *Meditações (1641)* observa-se que a essência, existência e substância relacionam-se diretamente com a questão da consciência uma vez que é através dela que o sujeito descobre o *cogito* e passa a ter uma base firme para construir os conhecimentos. As *Meditações (1641)* mudam a forma de explicação da suposição para o uso da evidência na busca pela verdade.

A aquisição do conhecimento sofre mudanças ao longo dos tempos porque novas formas de interpretação aliadas a novos experimentos são encontradas, desse modo é necessário ter cautela no momento das conclusões. Descartes buscava um ponto fixo para fundamentar sua ciência, assim como Arquimedes, nosso autor estabelece a dúvida como o ponto arquimediano de sua filosofia, com o seu uso encontra o *cogito*, com o *cogito* encontra a consciência e com a consciência educada no uso da razão consegue-se ter a capacidade de construir sua nova filosofia, de modo a encontrar a verdade

indubitável. A seguir, teremos a visão de Hintikka sobre a verdade do *cogito* e sua respectiva correção.

2.3 Da verdade do Cogito à elaboração do critério da verdade

Por julgarmos Hintikka como um importante crítico da filosofia de Descartes, inserimos em nosso trabalho sua leitura acerca do *cogito*. Em o *cogito ergo sum as inference and performance*, Hintikka (1963) afirma não existir conflito ao considerar o *cogito* como uma performance e uma inferência. Entretanto o “eu penso, logo existo” sob sua ótica apresenta-se de forma inconsistente e não elucida o *cogito*¹³, ele explica:

P1 – penso, logo existo

P2 – se eu não penso, eu não existo

C – penso e não existo

Na conclusão acima, depois de consideradas as duas premissas, observa-se que há uma inconsistência, porque é impossível que um sujeito pense e não exista. Portanto, Hintikka argumenta que há uma inconsistência existencial devido ao seu aspecto performativo do “eu penso, mas não existo”. Concordamos plenamente com a visão de Hintikka. Pois para pensar pressupõe-se em primeiro lugar que o sujeito exista. O “eu penso, mas não existo” é uma contradição performativa do mesmo modo que se supusermos que Deus não existe, se ele não existe, não precisa ser negado.

Com as colocações de Hintikka, observa-se que o axioma de Descartes “*cogito ergo sum*” está incompleto e deveria ser reescrito da seguinte forma: “eu penso porque eu existo”. Com essa análise não se observa nenhuma inconsistência visto que ela considera em sua interpretação que a existência do sujeito precede a atividade de pensar.

Nosso autor preocupa-se com a questão epistemológica em provar que o “eu existo” configura-se como uma verdade indubitável, entretanto não considera a questão empírica. Hintikka explica a teórica cartesiana de forma

¹³ Idem

ontológica e epistemológica. Ontologicamente porque a concepção de Hintikka sobre o *cogito* cartesiano não é alterada, ou seja, a essência do que Descartes queria provar com sua teoria através do *cogito* que é o “eu existo” como uma verdade indubitável, continua preservada na leitura de Hintikka. Entretanto, logicamente, temos a sua correção com uma conclusão consistente “eu penso porque eu existo”, e por último, epistemologicamente no sentido em que não trai o princípio ontológico do *cogito*.

O “penso, logo existo” cartesiano, pode ser interpretado como uma inferência porque o “eu existo” apresenta-se como sendo uma consequência do “eu penso”, de modo que “logo existo” está condicionada ao “eu penso”. Por esse motivo, a maioria dos críticos entendem que o *cogito ergo sum* apresenta-se como um silogismo¹⁴ incompleto, contudo aceitável. Hintikka mostrou a dificuldade que nosso autor teve ao fundamentar seu axioma. Assim, Hintikka conserta a forma lógica do pretense silogismo cartesiano, sem comprometer o sentido ontológico do *cogito* da filosofia cartesiana. O nosso filósofo buscava provar a verdade contida no *cogito*, entretanto para isso, Descartes não operou nem lógica nem ontologicamente. As interpretações de Descartes pecavam por um lapso performativo, uma interpretação lógica equivocada, porque o *cogito* não pode ser uma indução tampouco uma dedução.

O *cogito* cartesiano é interpretado como uma inferência porque Descartes não pretende provar que “eu existo” é verdadeiro, mas busca provar que é indubitável sempre que se concebe “eu penso”. Na *Segunda Meditação*, Descartes identifica o *cogito* como uma coisa pensante, sem que haja a necessidade de qualquer outro conceito para justificar sua certeza, nosso autor considera o “eu penso” como um fato inquestionável. Diferentemente da ideia de

¹⁴ A teoria do silogismo, tal como foi exposta por Aristóteles, era amplamente aceita, no século XVII, como a base para todo raciocínio válido (o silogismo é um modelo de validade imediatamente evidente para a argumentação, no qual uma conclusão é extraída de suas premissas, que a implicam logicamente; assim, no exemplo clássico, a conclusão “Sócrates é mortal” é extraída da premissa maior “Todos os homens são mortais”, conjugada à premissa menor “Sócrates é um homem”). Criticando a tradicional confiança no silogismo, Descartes observou, no *Discurso* (1637), que “os silogismos são menos úteis para aprender coisas do que, por exemplo, para explicar aquilo que já se sabe, ou falar, sem fazer juízos, sobre o que ignoramos”. (COTTINGHAM, 1995, p. 145).

imaginação que exige o pensamento para ser justificada, ou ainda da ideia de forma que pede a ideia de extensão.

Enquanto que para Hintikka caímos numa contradição formal do *cogito* como performativo, pois “penso porque existo” pressupõe que o ato de pensar já é existir. O que se observa no *cogito ergo sum* de Descartes é que se trata de uma dedução metódica, para nosso autor, o “eu penso” e “eu existo” expressa uma relação em que o sujeito existe como pensamento, enquanto consciência. Já para Hintikka, a fórmula de nosso autor só tem sentido se for reformulada para “penso porque existo” porque nessa forma não se observa inconsistência lógica nem ontológica.

2.4 A obediência ao método como fundamento da verdade

No *Discurso (1637)*, observa-se a descrição do método de Descartes na busca da verdade, dividido em seis partes conforme temos a seguir: a primeira parte aborda as ciências; a segunda parte trata sobre as principais regras do método; a terceira apresenta algumas regras da moral tiradas a partir do método apresentada na segunda parte; a quarta parte mostra as razões que provam a existência de Deus e da alma humana; a quinta parte coloca a ordem das questões de física; a sexta parte fala de que coisas são necessárias para avançar na pesquisa da Natureza.

Na primeira parte do *Discurso (1637)*, Descartes acredita na existência da verdade e que esta seria encontrada se existisse um método eficaz; esse método segundo sua concepção seria o uso metódico da razão, em alguns momentos para nosso autor a razão é entendida como bom senso, ou seja, seria a capacidade do sujeito orientar os seus pensamentos de acordo com a situação que vive num dado momento, ele julga que essa capacidade é inerente a todos os homens e que configura-se na sua capacidade de julgar, de modo que as regras ou conjunto de leis estabelecidas em uma nação eram construídas a medida que os problemas surgiam, assim temos:

Assim, imaginei que os povos, que, tendo sido outrora semi-selvagens e só pouco a pouco se tendo civilizado, não elaboraram suas leis senão à medida que a incomodidade dos crimes e das querelas a tanto os compeliu, não

poderiam ser tão bem policiados (DESCARTES, 1979a, p. 34).

Na segunda parte do *Discurso (1637)* nosso autor refuta a verdade que é resultado de muitas opiniões e crenças e que são ensinadas ao sujeito quando este ainda não tem capacidade própria de se auto-governar, também afirma não encontrar segurança no conhecimento adquirido através dos livros, vejamos na passagem a observação de Descartes:

E assim ainda, pensei que, como todos nós fomos crianças antes de sermos homens, e como nos foi preciso por muito tempo sermos governados por nossos apetites e nossos preceptores, que eram amiúde contrários uns aos outros, e que, nem uns nem outros, nem sempre, talvez nos aconselhassem o melhor, é quase impossível que nossos juízos sejam tão puros ou tão sólidos como seriam, se tivéssemos o uso inteiro de nossa razão desde o nascimento e não tivéssemos sido guiados senão por ela (DESCARTES, 1979a, p. 35).

Na terceira parte do *Discurso (1637)* nosso autor mostra a sua Moral Provisória constituída de três máximas expostas resumidamente a seguir:

A primeira defendia que o sujeito deveria respeitar e seguir os costumes e leis de seu país; a segunda máxima tratava que o sujeito fosse firme e resoluto em suas ações de modo a evitar opiniões de terceiros na sua tomada de decisões conforme passagem:

Além do que, as três máximas precedentes não se baseavam senão no meu intuito de continuar a me instruir: pois tendo Deus concedido a cada um de nós alguma luz para discernir o verdadeiro do falso, não julgaria dever contentar-me, um só momento com as opiniões de outrem, se não me propusesse empregar o meu juízo em examiná-las quando fosse o tempo (DESCARTES, 1979a, p. 44).

E finalmente a terceira máxima que postulava que o sujeito deve lutar para vencer a si mesmo, ou seja, modificar seus desejos ao invés de querer modificar a ordem do mundo. Descartes afirma que a única coisa que o sujeito tem poder é sobre os seus pensamentos, o ato de pensar era a única coisa da qual nosso autor não encontrava dúvida, não achava fraude que o fizesse duvidar de que era uma coisa pensante, assim observava:

[...] E notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que procurava (DESCARTES, 1979a, p. 46).

[...] Pois, de onde sabemos que os pensamentos que ocorrem em sonhos são mais falsos do que os outros, se muitos não são amiúde menos vivos e nítidos? E ainda que os melhores espíritos estudem o caso tanto quanto lhes aprouver, não creio que possam dar qualquer razão que seja suficiente para desfazer essa dúvida, se não pressupuserem a existência de Deus. Pois, em primeiro lugar, aquilo mesmo que há pouco tomei como regra, a saber, que as coisas que concebemos mui clara e distintamente são todas verdadeiras, não é certo senão porque Deus é ou existe, e é um ser perfeito, e porque tudo o que existe em nós nos vem dele (DESCARTES, 1979a, p. 50).

Na quarta parte do *Discurso* (1637) fala-se da imprecisão que os sentidos podem causar ao sujeito¹⁵, e que por vezes é necessário desconfiar de suas impressões e considerá-las verdadeiras depois de ter passado pelo tribunal da razão. Por isso, nosso filósofo exemplifica que até mesmo os matemáticos podem cometer erros com os mais simples cálculos quando agem com falta de atenção e precipitação. Quando por exemplo é encontrado o erro em algum objeto, isso se justifica pela falta de cuidado em seu julgamento, ou ainda, na falta de considerar outros elementos que interagem com o objeto. Sobre esse aspecto temos uma observação de Teixeira:

Há em primeiro lugar a “confiança excessiva nos recursos de nosso espírito, vício que ameaça principalmente os mais bem dotados” A preguiça intelectual é outra causa de julgamento precipitados, uma vez que pensamento metódico, como aquele de que é exemplo a matemática, exige um esforço, uma atenção que a maioria das pessoas se nega a fazer. Daí vem que “cada um ousadamente toma a liberdade de afirmar coisas por adivinhação em uma questão obscura mais do que em uma questão evidente, e é mais fácil fazer conjecturas sobre uma questão qualquer do

¹⁵ Descartes também expõe sobre a imprecisão dos sentidos na obra *Meditações* (1641) quando afirma não saber se está acordado ou dormindo quando pensa ou quando observa objetos com formas retangulares que de longe se mostram com formas circulares.

que alcançar a verdade mesmo sobre um questionamento que seja fácil (TEIXEIRA, 1995, p. 28).

E o que falar das impressões dos sonhos? Não é verdade que enquanto o sujeito dorme e sonha as coisas que se apresentam a ele acontecem em um lugar? E que no sonho o sujeito possui corpo e recebe impressões através dos sentidos, muito embora ao despertar descubra que tudo não passou de ilusão, não se pode negar o fato de que enquanto sonhava recebia sensações e que estas eram tão reais quanto as que se sente quando está acordado? Logo considera a existência do sonho uma realidade ainda que sob a forma de pensamento. Ele julgava que os pensamentos acerca das coisas do mundo como o céu, o sol, a luz, calor entre outros pertencia à natureza humana e que todas essas ideias eram impressas no sujeito através dos sentidos, mas Descartes não tinha certeza sobre a veracidade de todas essas coisas porque não julgava que os sentidos fossem uma fonte de conhecimento totalmente segura.

Na continuação de suas ideias temos que a perfeição do sujeito era algo duvidoso, ora, se o sujeito duvidava de sua perfeição por encerrar em si limitações era evidente que não podia ser perfeito, mas o que justificava a convicção da existência de um ser supremo com características de onipotência, onisciência e onipresença? Era o fato de que sua criação dependia de uma causa, e esta causa deveria vir de um ser perfeito porque não se concebia um ser imperfeito se auto-criar. Essa concepção criou a ideia de que o sujeito é uma substância cuja essência é o ato de pensar, a essa substância Descartes chamou de alma e a considera ser mais fácil de conhecer que o corpo porque sua natureza é inteligente, diferente da natureza do corpo que é basicamente mecânica, sobre o corpo e a alma temos as respectivas passagens:

[...] considerará esse corpo uma máquina que, tendo sido feita pelas mãos de Deus, é incomparavelmente melhor ordenada e contém movimentos mais admiráveis que qualquer das que possam ser inventadas pelos homens (DESCARTES, 1979a, p. 60).

[...] compreende-se muito mais as razões que provam que a nossa (alma do homem) é de uma natureza inteiramente independente do corpo e, por conseguinte, que não está de modo algum sujeita a morrer com ele, depois, como não se

veem outras causas que a destruam, somos naturalmente levados a julgar por isso que ela é imortal (DESCARTES, 1979a, p. 62).

Ainda que o sujeito tivesse a capacidade de criar uma máquina tão complexa como si próprio, esta não teria a autonomia que o homem tem porque o sujeito não tem a capacidade de criar uma alma para doar à essa suposta máquina. Na quinta parte do *Discurso* (1637) nosso autor aborda o funcionamento do coração que será retomado nas *Paixões* (1649) onde ficará evidente as coisas que são naturais do corpo das coisas que são naturais da alma de forma a comprovar a união corpo-alma. Na sexta parte ele tratou de esclarecer que não buscava fama, tampouco o melhor cargo de sua época.

3 A concepção da liberdade na filosofia cartesiana

3.1 A versão latina e francesa da Obra Princípios de Filosofia

Observa-se nas obras do nosso filósofo que não há grande material escrito sobre a questão da liberdade, até mesmo porque na época ele era impedido de expor seus pensamentos em suas obras por temer algum tipo de condenação por parte da Igreja. Desse modo, a questão da liberdade encontra-se de forma muito subjetiva nas entrelinhas de seus escritos, no entanto não significa dizer que ele desprezou o assunto porque há sim referências por vezes repetidas à questão do livre-arbítrio e da correta forma de julgar, o que configura-se numa forma de liberdade porquê da ao sujeito a opção de escolha.

Mariana de Almeida Campos (2010) se limitou a analisar apenas uma diferença – o conceito de liberdade – lançando mão da pesquisa de Beyssade que analisa duas concepções diferentes acerca do assunto. Por que utilizamos a pesquisa de Campos (2010)? Porque apesar de Descartes não ter escrito muito sobre a liberdade consideramos haver referências sobre o tema na sua análise e talvez diferenças ou acréscimos no amadurecimento de suas obras. Campos (2010) observou que Michelle Beyssade (*Des Principia aux principes: variations sur La liberte*, 1996) fez um elaborado trabalho comparando a versão latina e francesa dos Princípios (1644).

A publicação dos *Princípios* (1644) tinha como principal objetivo o de servir como um manual filosófico, entretanto foi uma obra incompleta já que Descartes não concluiu as seções sobre os seres vivos e o homem. De acordo com Campos (2010), Michelle Beyssade (1996) afirma que a tradução da obra *Principia da Philosophiae* de 1644 do latim para o francês em 1647, revisada pelo próprio Descartes e intitulada: *Les Principes de La Philosophie*, possui algo a mais do que uma simples tradução. A obra em francês apresenta acréscimos em relação ao seu original, e que essas mudanças de pensamento se referem a uma questão dualista da concepção da liberdade.

A primeira concepção seria a de liberdade como “poder de contrários” e a outra de que a liberdade seria aquela que conquistamos com o cuidadoso uso de nossa razão através da interpretação do mundo exterior. Os artigos que tratam da teoria da liberdade em questão são o XXXI ao XLIV.

Mas, a suspeita de mudança no pensamento aparece no artigo XXXVII, XXXIX e XLIII dos *Princípios* (1644). Primeiramente iremos expor a versão em latim, em segundo, a versão em francês, em terceiro a tradução do latim para o português e em quarto a tradução livre de Campos do francês para o português.

Artigo XXXVII original em latim 1644:

Quod vero latiffimè pateat voluntas, hoc etiam ipfius naturae convenit; ac fumma quaedam in homine perfectio eft, quòd agat per voluntatem, hoc eft liberè; atq; ita peculiari quodam modo fit author fuarum actionum, & obipfas laudem mereatur. Nonenimlaudántur automata, quodmotus omnes ad quos inftituta funt, accuratè exhibeant, quia neceffariò illos fic exhibent; laudatur autem eorum artifex, quòd tam accurata fabricârit, quia non neceffariò, fed liberè ipfa fabricavit. Eademque ratione, magis profecto nobis tribuendum eft, quòd verum amplectamur, cùm amplectimur, quia voluntariè id agimus, quàm fi non poffemus non amplecti (DESCARTES, *Principia Philosophiae*, p. 13-14).

Artigo XXXVII traduzido do latim para o francês por Descartes em 1647:

Av contraire la volonté eftát de fa nature treseftenduë ce nous eft vn auantage tres-grand de pouuoir agir par fon moyen c'eft à dire libremét en forte que nous foyons tellement les maîtres de nos actions que nous fommes dignes de loüange lors que nous les conduifons bien: cart tout ainfi qu'on ne donne point aux machines qu'on voit fe mouuoir en plufieurs façons diuerfes auffi iuftement qu'o on fçauroit defirer, des lüanges qui fe rapportent veritablement à elles, pource que ces machines ne repreftent aucune action qu'elles ne doiuent faire par le moyen de leurs refforts: & qu'on en donne à l'ouurier que les a faites, pource qu'il a eu le pouuoir & la volonté de les compofer avec tantd'artifice: de mefme on doit nous attribuer quelque chofe de plus de ce que nous choififons ce que eft vray lors que nous le diftinguós d'avec le faux par vne determination de noftre volonté que fi nous y eftions determinez & contraints par vn principe étranger (DESCARTES, *Les Principes De La Philosophie* p. 24-25).

Artigo XXXVII tradução do latim¹⁶ para o português:

¹⁶ Todas as traduções do latim e do francês para o português usadas neste trabalho foram retiradas da pesquisa de Mariana de Almeida Campos que utilizou as traduções coordenadas por Guido Antônio de Almeida na versão latina dos *Princípios da Filosofia* (1644). A versão francesa dos *Princípios* (1644) foi traduzida de forma livre pela autora da pesquisa (Mariana de Almeida Campos).

Mas que a vontade se estenda o mais amplamente possível, isso também convém à sua natureza; e é, em certo sentido, uma suma perfeição no homem que ele aja pela vontade, isto é, livremente, sendo assim de um certo modo peculiar o autor de suas ações e por elas merecendo louvor. Pois não se louvam os autômatos por exibirem com precisão todos os movimentos para os quais foram construídos, porque necessariamente os exibem assim; mas se louva o seu artífice por havê-los fabricado tão precisos, porque não os fabricou necessária, mas, sim, livremente. Pela mesma razão, deve-se de certo pôr mais em nosso crédito abraçar a verdade, quando a abraçamos, porque é voluntariamente que o fazemos, do que se não pudéssemos deixar de abraçá-la (CAMPOS¹⁷, 2010).

Artigo XXXVII tradução do francês para o português:

Igualmente devemos nos atribuir algo mais pelo fato de escolhermos o que é verdadeiro, quando o distinguimos do falso, graças a uma determinação da nossa vontade do que se fossemos determinados e coagidos por um princípio externo (CAMPOS¹⁸, 2010)

No primeiro trecho, do original latino, percebe-se que tudo que Descartes fala nos dá uma ideia de que o sujeito é o autor de suas vontades e livre para fazer o que quer, de acordo com sua vontade, sem ser forçado ou coagido, isso fica evidente quando ele usa o exemplo dos autômatos:

Pois não se louvam os autômatos por exibirem com precisão todos os movimentos para os quais foram construídos, porque necessariamente os exibem assim; mas se louva o seu artífice por havê-los fabricado tão precisos, porque não os fabricou necessária, mas, sim, livremente (CAMPOS¹⁹, 2010).

Já no segundo trecho, o qual foi traduzido por ele do latim para o francês e traduzido de forma livre do francês para o português por Campos (2010), temos que o sujeito pensa e julga o que é verdadeiro e o que é falso, e por sua vez escolhe, toma a decisão de escolher o que quiser, sendo portanto

¹⁷ Para esta tradução Campos (2010) cita os originais a seguir: (DESCARTES 4, VIII, 18; DESCARTES 6, XXXVII, 53).

¹⁸ Tradução livre de Campos (2010). Para esta tradução ela cita os originais a seguir: (DESCARTES 4, IX, 41. DESCARTES 5, III, 112-113).

¹⁹ Para esta tradução Campos (2010) cita os originais a seguir: (DESCARTES 4, VIII, 18; DESCARTES 6, XXXVII, 53).

uma determinação interior, como se o sujeito primeiro analisasse a questão sob a luz da razão e depois de julgar o que lhe seria mais vantajoso, toma a decisão.

Diante do exposto, Beyssade (1996) acredita haver uma nova forma de interpretar a liberdade, diferente daquela exposta na obra original em latim. Campos (2010) comunga do mesmo pensamento que Beyssade (1996), de que não há diferença entre o pensamento de Descartes quando se compara a versão latina com a versão francesa da obra *Princípios (1644)*, entretanto foi identificada uma forma diferente de expressar o mesmo pensamento.

Para fundamentar sua tese ela se utiliza da versão francesa dos *Princípios (1644)* onde não foi possível encontrar uma negação ao “poder dos contrários”. A seguir, o artigo XXXIX nas versões: latim, francês e em português. Artigo XXXIX original em latim 1644:

Quòd autem fit in noſtra voluntate libertas, & multis ad arbitrium vel affentiri vel non affentiri poſſimus, adeò manifeſtum eſt, ut inter primas & maximè communes notiones, quae nobis funt innatae, fit recenſendum. Patuitque hoc maximè paulò antè, cùm, de omnibus dubitare ftudentes, eò ufque fumus progrefſi, ut fingeremus aliquem potentiffimum noſtrae originis authorem, modis omnibus nos fallere conari; nihilominus enim hanc in nobis libertatem effe experiebamur, ut poſſemus ab iis credendis abſtinere, quae non planè certa erant & explorata: Nec ulla magis per fe nota & perfectæ effe poſſunt, quàm quae tunc temporis non dubia videbantur (DESCARTES, *Principia Philosophiae*, p. 14-15).

Artigo XXXIX traduzido do latim para o francês por Descartes em 1647:

Av RESTE il eſt fi euident que nous auons vne volonté libre qui peut dóner fon contentement ou ne le pas donner quand bon luy femble, que cela peut eſtre compté pour vne de nos plus communes notions. Nous en auons eu cydeuant vne preuue bien claire, car au meſme temps que nous doutions de tout & que nous ſuppoſions meſme que celuy qui nous a crééz employoit fon pouuoir à nous tromper en toutes façons, nous apperceuions en nous vne liberté fi grande que nous pouuions nous empeſcher de croire ce que nous ne connoiſſions pas encore parfaitement bien; Or ce que nous aperceuions diſtinctement & dont nous ne pouuions douter pendant vne ſuſpenſion fi generale, eſt auffi certain qu’aucune autr choſe que nous puiffions jamais connoiſtre (DESCARTES, *Les Principes De La Philosophie*, p. 26-27).

Artigo XXXIX tradução do latim para o português:

Torna-se, aliás, tão claro que temos uma vontade livre, a qual, quando bem entende, pode ou não, dar o seu consentimento, que isso pode ser tido como princípio comum entre os princípios mais comuns. Disso possuímos prova bem evidente: pois, ao mesmo tempo que de tudo duvidamos, sendo-nos mesmo possível imaginar que o criador utilizasse seu poder para iludir-nos, notamos em nós tão grande liberdade, que nos podíamos obstar de acreditar no que ainda não conhecíamos inteiramente bem. Ora, o que notamos com distinção e do que não podemos duvidar, durante tão geral suspensão, é tão exato como outra coisa qualquer, que em algum tempo pudéssemos conhecer²⁰.

Artigo XXXIX tradução do francês para o português:

Quanto ao mais, é tão evidente que possuímos uma vontade livre, que pode ou não dar o seu consentimento quando bem lhe aprouver, que isso pode ser considerado uma das nossas noções mais comuns. Tivemos anteriormente uma prova bem clara: pois, ao mesmo tempo em que duvidávamos de tudo, e que supúnhamos até que aquele que nos criou empregava o seu poder para nos enganar de todas as maneiras, apercebíamos em nós uma liberdade tão grande que podíamos evitar crer naquilo que não conhecíamos ainda perfeitamente bem. Ora, aquilo que apercebíamos distintamente e de que não podíamos duvidar durante uma suspensão tão geral é tão certo quanto qualquer outra coisa que possamos jamais conhecer (CAMPOS²¹, 2010).

Na passagem acima, fica claro que a liberdade do sujeito é limitada, que por vezes se faz necessário seguir convenções, regras de boa conduta impostas por superiores do Estado para desfrutar de uma forma de liberdade. No final da passagem fica claro que nosso julgamento acerca da liberdade pode ser comparado com algo que jamais será conhecido com clareza e distinção, e dessa forma fica evidente que Descartes a busca de forma incessante, mesmo que não almeje descobri-la por completo, ele almeja pelo menos compreendê-la em parte.

²⁰ A tradução do latim para o português do artigo XXXIX dos Princípios (1644) foi retirada do livro Princípios de Filosofia (Tradução de Torrieri Guimarães, São Paulo: Hemus, 2007), porque na pesquisa original de Campos (2010) não havia a tradução do artigo citado, essa parte foi colocada porque é interessante haver as quatro versões para o leitor tirar suas próprias conclusões.

²¹ Tradução livre de Campos (2010). Para esta tradução Campos (2010) cita os originais a seguir: (DESCARTES 4, IX . DESCARTES 5, III, 112).

É possível perceber que o poder dos contrários, embora seja afirmado no decorrer do texto, não é absoluto na tradução para o francês, porém exemplifica que pela razão pode-se conhecer uma parte do todo.

Artigo XLIII original em latim 1644:

Certum autem est, nihil nos unquam falsum pro vero admittimus, si tantum iis assensum praebeamus quae clarè & distincte percipimus. Certum inquam, quia cum Deus non sit fallax, facultas percipiendi quam nobis dedit, non potest tendere in falsum; ut neque etiam facultas assentiendi, cum tantum ad ea, quae clarè percipiuntur, se extendit. Et quamvis hoc nullâ ratione probaretur, ita omnium animis à natura impressum est, ut quoties aliquid clarè percipimus, ei sponte assentiamur, & nullo modo possumus dubitare, quin sit verum (DESCARTES, *Principia Philosophiae*, p. 16).

Artigo XLIII traduzido do latim para o francês por Descartes em 1647:

Mais il est certain que nous ne préjurons jamais le faux pour le vrai tant que nous ne jugerons, que de ce que nous appercevons clairement & distinctement; parce que Dieu n'étant point trompeur, la faculté de connoître qu'il nous a donnée ne pourroit faillir, ny mesmes la faculté de vouloir lors que nous ne l'entendons point au delà de ce que nous connoissons Et quand mesme cette vérité n'auroit pas été démontrée, nous sommes naturellement si enclins à donner nostre consentement aux choses que nous appercevons manifestement, que nous n'en pourrions douter pendant que nous les appercevons de la sorte (DESCARTES, *Les Principes De La Philosophie*, p. 29).

Artigo XLIII traduzido do latim para o português:

É certo, porém, que jamais viemos a tomar o falso pelo verdadeiro se dermos assentimento somente àquilo que percebermos clara e distintamente. Digo que é certo porque, como Deus não é enganador, a faculdade de perceber que nos deu não pode tender ao falso, nem tampouco a faculdade de assentir, quando se estende somente àquilo que é percebido claramente. E, ainda que de maneira alguma o provássemos, isso está de tal sorte impresso pela natureza dos ânimos de todos [nós] que, todas as vezes que percebemos algo claramente, lhe damos espontaneamente o nosso assentimento e de nenhum modo podemos duvidar que não seja verdadeiro (CAMPOS²², 2010).

²² Para esta tradução Campos (2010) cita os originais a seguir: (DESCARTES 4, VIII, 21; DESCARTES 6, XLIII, p. 59).

Artigo XLIII traduzido do francês para o português:

Mas é certo que nunca tomaremos o falso pelo verdadeiro enquanto julgarmos apenas o que percebemos clara e distintamente, porque, não sendo Deus enganador, a faculdade de conhecer que nos deu não poderia falhar, nem mesmo a faculdade de querer, quando não estendemos para além do que conhecemos. E mesmo que tal verdade não tivesse sido demonstrada, somos tão naturalmente inclinados a dar o nosso consentimento às coisas que apercebemos manifestamente que não poderíamos duvidar delas enquanto as percebemos dessa maneira (CAMPOS²³, 2010).

Comparando-se a tradução do latim e do francês para o português pode-se observar que existe uma maneira diferente de escrever, porém a essência da mensagem é mantida sem ser observado nenhum acréscimo. Campos (2010), de acordo com Beyssade (1996), diz que Descartes, estaria na versão francesa, mais focado em abordar outro aspecto da liberdade que se apoiava nas ideias claras e distintas como base, mas mesmo assim sem mudar sua concepção cartesiana sobre o que ora fora exposto na versão latina anos antes. Devemos considerar ainda que nosso autor acreditava ser necessário agradar aos jesuítas para desse modo ter suas obras publicadas sem receio de represálias, isso ficou evidente para ele quando publicou *Meteoros* (que era um dos apêndices do livro *Discurso* (1637), os outros dois apêndices foram a Dióptrica (parte da física que estuda a luz) e a Geometria), antes dos *Princípios* (1644), da qual não recebeu qualquer reconhecimento.

Por esse motivo ele passou a evitar em suas obras tudo que pudesse dar uma conotação de crítica das doutrinas teológicas da Companhia de Jesus, excluindo dos *Princípios* (1644) a crítica da liberdade da indiferença, pois esta atingiria a Companhia. Descartes volta a se comunicar com o padre Marin Mersenne, seu grande amigo, no ano de 1637, mas até 1640 não se encontraram absolutamente nada sobre sua teoria da liberdade humana; em sua obra *Discurso* (1637), ele fala alguma coisa sobre essa questão, mas sem tomar uma posição clara.

²³ Tradução livre de Campos (2010). Para esta tradução ela cita os originais a seguir: (DESCARTES 4, IX, 43; DESCARTES 5, III, 116).

3.2 A moral

No *Discurso* (1637), Descartes introduziu uma moral provisória composta por três máximas que muito se assemelhavam com os conselhos na carta que ele escreveu para a princesa Elisabeth datada do dia 04/08/1645. Sua moral provisória é entendida como uma generosidade, ou seja, uma constante dedicação do sujeito em aplicar da melhor forma possível o uso do seu livre-arbítrio. O livre-arbítrio ou sua liberdade de escolha de dois contrários é um ato de julgamento, porém o ato de julgar não é apenas uma capacidade intelectual, mas uma deliberação da vontade do sujeito que busca executar o julgamento da melhor forma possível, para isso o sujeito precisa ter virtudes, segundo Teixeira temos:

A generosidade – amor-próprio fundado no conhecimento – é a consciência clara de que a única coisa que verdadeiramente nos pertence e por cujo uso devemos ser louvados ou condenados é o livre-arbítrio, acompanhado de uma firme e constante resolução de bem usar dele. Em suma, a generosidade é uma forma de sagesse, uma nova virtude. Não é, pois de admirar que ela apareça como chave e remédio contra os excessos das paixões (TEIXEIRA, 1995, p. 245).

Observa-se nas correspondências que nosso autor busca persuadir a rainha com seus conselhos e que estes deveriam ser seguidos segundo a razão; como na época em que viveu a Igreja detinha o papel de impor a maneira correta do sujeito se comportar, o nosso autor funda um novo modo de interpretar a vida. Nas *Cartas* assim como no *Discurso* (1637), observa-se que o uso da razão está sempre presente na preservação da vida e na busca pelo contentamento da alma, através de um diálogo explicativo ele mostra à rainha a sua forma de pensar e interpretar a realidade.

Como dito anteriormente um certo agir pode ser bom ou ruim para o sujeito, se for bom será bom tanto para o corpo como para a alma e vice-versa, conforme exposto na parte que tratamos sobre a união do corpo com a alma e da sua íntima relação. Ainda nas *Cartas*, o nosso autor afirma que é possível que o sujeito encontre contentamento em si mesmo de modo a saciar sua alma, mesmo que esse indivíduo seja de alguma forma privado de bens materiais quer por ter origem de família humilde ou por acaso do destino quando o rico torna-se

pobre ou se sofre um acidente e perde algum de seus membros e passa a lamentar tal episódio, temos a seguinte passagem a tratar dessa questão:

A terceira, que consideremos, enquanto nos conduzimos assim, o quanto pudermos, segundo a razão, que todos os bens que não possuímos encontram-se também inteiramente fora de nosso poder tanto uns como outros, e que, por este meio, nos acostumemos a não desejá-los; pois nada há, como o desejo, o pesar ou o arrependimento, que nos possa impedir de estar contentes: mas se fizermos sempre tudo o que nos dita a nossa razão, nunca teremos qualquer outro motivo de nos arrependermos, ainda que os acontecimentos nos levassem a ver, em seguida que nos havíamos enganado, porque isso não se deu por culpa nossa. E o que faz com que não desejemos ter, por exemplo, mais braços ou mais línguas do que temos, mas que desejemos realmente ter mais saúde ou mais riquezas, é apenas porque imaginamos que tais coisas poderiam ser adquiridas por nossa conduta, ou, então, que são devidas à nossa natureza, e que esta não é a mesma das outras: opinião de que podemos nos desfazer, considerando que, como seguimos sempre o conselho de nossa razão, nada omitimos do que estava em nosso poder, e que as moléstias e os infortúnios não são menos naturais no homem do que a prosperidade e a saúde. (DESCARTES, 1979e, p. 306).

Descartes aconselha a viver de modo a julgar cada ação, ele ensina o exercício da auto-indagação sobre tudo que se apresenta ao sujeito e no que pode acontecer depois de tomada uma decisão. A felicidade pode ser alcançada por qualquer um que use a razão, critica aqueles que dizem querer a felicidade, mas que se entregam à vícios e consideram estes como a verdadeira felicidade, segundo nosso autor, esses indivíduos que se entregam aos vícios estão apenas a experimentar o infortúnio de serem escravos de uma dependência que nada se compara ao sentimento de felicidade uma vez atingido em sua plenitude, eles contrariam o objetivo inicial do nosso filósofo que é o de prolongar seus dias de vida indefinidamente, ou quem sabe, encontrar uma fórmula capaz de agraciar o sujeito com a imortalidade e desse modo se igualar a Deus na infinitude de sua existência.

O sujeito deve buscar agir da melhor forma possível e para isso ele deve se debruçar sobre o objeto para estudá-lo com muita atenção, é necessário também que o sujeito tenha vontade, porque o ato de julgar em si não se configura apenas como uma ação do intelecto mas caracteriza-se

principalmente pela vontade que o sujeito tem em deliberar seu tempo e sua atenção no entendimento do funcionamento de alguma coisa, por consequência a vontade também requer que o sujeito tenha a liberdade de escolher a dispor ou não o seu pensamento e aplicá-lo naquilo que o seduz.

Desse modo o sujeito só aplica sua inteligência no estudo de um objeto qualquer se esta for a sua vontade, ele não age por obrigação, mas por liberdade. Conforme temos:

É incontestável que, segundo o pensamento de Descartes, a vontade desempenha na atividade do espírito humano um papel muito mais importante do que em geral se reconhece. Há mesmo uma sorte de preeminência da vontade que, aliás, não diminui a importância do intelecto propriamente dito (TEIXEIRA, 1995, p. 13).

Há um sentido em que tudo depende da vontade; qualquer realização do espírito – intelectual, moral ou artística – fruto de um esforço, é uma função da vontade. (TEIXEIRA, 1995, p. 26).

Na *Quarta Meditação*, nosso autor chama atenção a respeito de como deve ser feito o uso da vontade: sempre segundo a razão, observemos:

[...], pois todas as vezes que retenho minha vontade nos limites de meu conhecimento de tal modo que ela não formule juízo algum senão a respeito das coisas que lhe são clara e distinta representadas pelo entendimento, não pode ocorrer que eu me engane; porque toda concepção clara e distinta é sem dúvida algo de real e de positivo, e portanto não pode ter sua origem no nada, mas deve ter necessariamente Deus como seu autor (DESCARTES, 1979b, p.122).

Em harmonia com a vontade deve haver o juízo, ou seja, a afirmação ou negação sobre algo e que se dá graças ao entendimento ou uso da razão em união com a vontade. De modo que pode-se concluir que o juízo é o ato de julgar na sua essência e que este é determinado pela vontade do sujeito, uma vez que é graças à vontade que o sujeito se dedica a analisar um objeto, a capacidade de afirmar ou negar provém da vontade que é infinita. Por ser infinita, a vontade se relaciona com as coisas que apresentam clareza e distinção, mas também com as confusas e ambíguas, de modo que essa é a

causa do erro do sujeito, a carência em bem usar a sua vontade segundo sua razão²⁴.

A seguir temos algumas passagens em que fica evidente a questão da vontade, do juízo e do uso da liberdade ou livre-arbítrio:

E, em seguida, olhando-me de mais perto e considerando quais são meus erros (que apenas testemunham haver imperfeição em mim), descubro que dependem do concurso de duas causas, a saber, do poder de conhecer que existe em mim e do poder de escolher, ou seja, meu livre arbítrio; isto é, de meu entendimento e conjuntamente de minha vontade (DESCARTES, 1979b, p.117).

[...], pois, se eu conhecesse sempre claramente o que é verdadeiro e o que é bom, nunca estaria em dificuldade para deliberar que juízo ou escolha deveria fazer; e assim seria inteiramente livre sem nunca ser indiferente (DESCARTES, 1979b, p.119).

[...], pois a luz natural nos ensina que o conhecimento do entendimento deve sempre preceder a determinação da vontade. E é neste mau uso do livre-arbítrio que se encontra a privação que constitui a forma do erro (DESCARTES, 1979b, p.120).

Não podemos considerar medíocre a moral cartesiana, pois ela foi construída no esforço contínuo do melhor modo de aplicar o uso da razão para ser elaborada, logo, sua moral não é irracional ou conformista. Sua moral é racional, fundamentada na figura da árvore da sabedoria em que as raízes são a metafísica, o tronco a física e os galhos a medicina, mecânica e moral. Por essa base metafísica, a moral cartesiana não pode ser científica, entretanto não resta dúvida de que é uma moral racional embasada na evidência como critério da comprovação da verdade, sendo assim qualquer sujeito tem a capacidade de avaliar sua funcionalidade e, portanto tem a capacidade de argumentar a favor ou contra.

As passagens a seguir falam sobre essa capacidade de julgar que o sujeito tem e que em muitas situações o sujeito é obrigado a escolher um pelo outro mesmo sem ter um conhecimento profundo sobre o objeto ou situação em questão:

²⁴ Ver A Metafísica da Modernidade, SILVA, p. 76.

Pois o poder de afirmar ou negar é a liberdade, e não poderia censurar Deus por ter-me criado como um ser livre. Cabe-me, então, utilizar essa liberdade de modo a compatibilizar o entendimento com a vontade, formulando juízos apenas acerca de representações que puder conceber clara e distintamente. Descobindo a causa do erro, descubro também como evitá-lo: como sei que as representações claras e distintas estão garantidas por Deus, limito-me às afirmações e negações acerca das representações. Assim meus juízos serão sempre verdadeiros. Essa limitação voluntária da capacidade infinita da vontade é própria de uma criatura racional e finita. A abstenção do juízo no caso de representações obscuras e confusas é a forma de evitar o erro (SILVA, 2005, p. 77).

Vê-se, portanto, que o bom senso condena a irresolução, o fato de manter-se numa hesitação permanente. A vacilação deve ser substituída pela probabilidade. Isso deriva que na vida prática, somos obrigados a tomar decisões, mesmo que não tenhamos conhecimento suficiente de todos os elementos envolvidos (SILVA, 2005, p. 79).

Silva (2005) concorda com Descartes nesse sentido, pois na vida prática as situações fogem do controle do sujeito de modo que em algum momento ele será cobrado para tomar uma decisão sem conhecer profundamente o objeto ou o assunto. Seguir a virtude é ter a vontade firme e constante na execução do que o sujeito julga ser o melhor, de empregar cuidadosamente o uso da razão no momento do julgamento. Para alcançar o contentamento da alma o sujeito deve fazer o bom uso da sua liberdade de escolha, ou seja, usar da melhor maneira possível seu entendimento, de modo que nosso autor afirma ser possível controlar as nossas paixões.

Na moral cartesiana não se acham impressões de que uma boa conduta garantiria uma vida num lugar melhor depois da morte do sujeito até mesmo porque em nenhum momento Descartes afirma existir vida após a morte, ele afirma sim que a alma é imortal, mas nada além disso. A moral de Descartes é uma moral que busca harmonia na convivência humana, sendo assim um certo agir tendo a verdade como critério de seleção das escolhas garantiria escolhas corretas e estas por sua vez trariam alegria e contentamento à alma do sujeito.

Na carta datada de 01/09/1645 à rainha Elisabeth temos a moral configurada como o bom uso das paixões:

De resto, o verdadeiro uso de nossa razão para a conduta da vida consiste apenas em examinar e considerar sem paixão o valor de todas as perfeições, tanto do corpo como do espírito, que podem ser adquiridas por nossa conduta, a fim de que, sendo de ordinário obrigados a nos privar de algumas, escolhamos sempre as melhores. E, como as do corpo são as menores, pode-se dizer em geral que, sem elas, há meio de se tornar felizes. Todavia, não sou, de modo algum, de opinião que devamos desprezá-las inteiramente, ou mesmo que devamos isentar-nos de ter paixões; basta que as sujeitemos à razão e, uma vez assim domesticadas, algumas são tanto mais úteis quanto mais pendem para o excesso (DESCARTES, 1949e, p. 315).

Ele confirma na passagem acima que é possível controlar as paixões e seguir a vida usando a razão, segundo ele não há a necessidade de se abster de ter paixões visto que algumas delas quando regidas pelo bom senso são tão benéficas para o corpo quanto são para a alma.

3.3 A obediência à consciência como fundamento da liberdade

Um dos pontos iniciais a tratar refere-se à questão conceitual da liberdade e suas consequências no comportamento de um grupo; por exemplo, será que o homem é livre para escolher e decidir por si próprio ou será que ele apenas reproduz um conjunto de comportamentos esperados, os quais se justificam pela natureza ao qual está condicionado?

Um pássaro voa, no entanto é de comum acordo que é essa a sua natureza, é para isso que as asas lhe servem, para que voe; com esse exemplo temos que, sua liberdade de decisão está completamente condicionada à sua forma física, e é através das asas que o pássaro se desloca em busca de alimento, abrigo ou mesmo para fugir de um predador. De acordo com esse exemplo, o ato de pensar é uma reprodução esperada do homem, é essa a sua natureza, assim como é a do pássaro, voar. Sobre esse aspecto, “do homem ter capacidade para pensar”, o filósofo expõe ao longo de suas obras inúmeras observações.

A seguir temos algumas que foram retiradas das correspondências com a rainha Elisabeth: “[...] mantenhamos a firme e constante resolução de executar tudo quanto à razão nos aconselhar, sem que nossas paixões ou nossos apetites nos desviem... (DESCARTES, 1979e, p. 306). Nesse sentido, segundo

Descartes, “[...] o reto uso da razão proporciona um verdadeiro conhecimento do bem... (DESCARTES, 1979e, p. 307).

A obediência à consciência como fundamento da liberdade baseia-se no fato de que o sujeito deve fazer o uso da razão através de sua consciência e decidir por escolher o melhor, não basta o que aparenta ser melhor, mas sim ter o argiloso trabalho de dispor o objeto a sua frente e dedicar-lhe tempo para estudá-lo seguindo o seu método. Obedecer à consciência é obedecer ao que a razão mostra como sendo a melhor opção de escolha, é encontrar a verdade em primeiro lugar e só depois disso decidir por qual optar, esse seria o ideal de liberdade que nosso autor defende, a liberdade em sua plenitude traz contentamento para a alma.

O livre-arbítrio é a liberdade de escolha do sujeito, de modo que ele pode optar por um ao invés do outro, ou de forma mais clara, o sujeito pode optar pelo errado ao invés do certo porque ele tem a liberdade de escolher, pois ele conhece o caráter de sua escolha, boa ou má. Para Descartes se o sujeito prefere o errado ao invés do certo ele age com fraqueza e estupidez, esse comportamento caracterizaria a fraqueza da alma uma vez que a disposição das ideias se apresentam ao sujeito baseadas no seu julgamento e esse julgamento se baseia em primeira instância no conhecimento do objeto, o conhecimento pode ser adquirido por qualquer um que utilize seu método, mas se mesmo assim ele decide pelo errado ou duvidoso é porque possui algum tipo de fraqueza.

O sujeito sabe que existe dois caminhos para chegar num mesmo lugar, um é mais longo, porém seguro e ele conhece bem seu trajeto, o outro é mais curto, porém perigoso, por que por sua vida em risco usando um caminho que ele não conhece? Obedecer à consciência é obedecer à voz interior da razão que todos nós temos e que aponta sempre para o que é melhor no sentido de preservar a vida do sujeito.

3.4 Como Deus pode nos enganar quanto a liberdade

Primeiramente, deve-se lembrar que Descartes não considera Deus o responsável por seus erros, logo a liberdade é algo que o sujeito conquista com

o reto uso da razão através do conhecimento da verdade, na passagem a seguir temos as considerações de nosso autor acerca do assunto:

Assim, conheço que o erro enquanto tal não é algo de real que dependa de Deus, mas que é apenas uma carência; e, portanto, que não tenho necessidade, para falhar, de algum poder que me tenha sido dado por Deus particularmente para esse efeito, mas que ocorre que eu me engane pelo fato de o poder que Deus me doou para discernir o verdadeiro do falso não ser infinito em mim (DESCARTES, 1979b, p. 116).

O trecho citado mostra que o sujeito incorre no erro quando julga o objeto com carência de clareza e distinção, nosso autor ainda considera que devemos buscar o entendimento sobre um objeto analisando-o sozinho e se acaso numa análise separada não se encontram clareza e distinção em seu funcionamento o mesmo não acontece quando analisado em conjunto com outros objetos, vejamos:

Ademais, vem-me ainda ao espírito que não devemos considerar uma única criatura separadamente, quando pesquisamos se as obras de Deus são perfeitas, mas de uma maneira geral todas em conjunto. Pois a mesma coisa que poderia talvez, com alguma forma de razão, parecer muito imperfeita, caso estivesse inteiramente só, apresenta-se muito perfeita em sua natureza, caso seja encarada como parte de todo este universo (DESCARTES, 1979b, p. 117).

Como o criador de todas as coisas é um ser perfeito, a seguir um trecho do filósofo a tratar sobre o erro de julgamento:

E, em seguida, olhando-me de mais de perto e considerando quais são meus erros (que apenas testemunham haver imperfeição em mim), descubro que dependem do concurso de duas causas, a saber, do meu poder de escolher, ou seja, meu livre arbítrio; isto é, de meu entendimento e conjuntamente da minha vontade (DESCARTES, 1979b, p. 117).

De fato temos que a liberdade se caracteriza como o poder de escolha de dois contrários, o certo ou errado, o verdadeiro ou o falso, entretanto se por algum motivo o sujeito conhecedor da verdade opta por escolher o falso ao invés do certo, o que isso representaria para o nosso filósofo? Seria isso um ato

de liberdade? Como dito anteriormente a liberdade e a moral estão entrelaçadas, por isso destaca-se a pergunta: agir com liberdade é agir moralmente?

Seria certo considerar como liberdade o sujeito que faz uma escolha em benefício próprio em detrimento de outrem? Antes, veremos na passagem a seguir qual o conceito de liberdade na visão de Descartes:

[...] pois para que eu seja livre, não é necessário que eu seja indiferente na escolha de um ou de outro dos dois contrários; mas antes, quanto mais eu pender para um, seja porque eu conheça evidentemente que o bom e o verdadeiro aí se encontrem, seja porque Deus disponha assim o interior do meu pensamento tanto mais livremente o escolherei e o abraçarei. E certamente a graça divina e o conhecimento natural, longe de diminuírem minha liberdade, antes a aumenta e a fortalece. De maneira que esta indiferença que sinto, quando não sou absolutamente impelido para um lado mais do que para outro pelo peso de alguma razão, é o mais baixo grau da liberdade, e faz parecer mais uma carência no conhecimento do que uma perfeição na vontade; pois, se eu conhecesse sempre claramente o que é verdadeiro e o que é bom, nunca estaria em dificuldade para deliberar que juízo ou que escolha deveria fazer; e assim seria inteiramente livre sem nunca ser indiferente (DESCARTES, 1979b, p. 118-119).

Na passagem citada acima fica evidente que nosso autor diz que não devemos ser indiferentes no momento de escolher um ou o outro, mas de se ater o máximo possível em conhecer o objeto para decidir um pelo outro. Optar pelo errado ao invés do certo não é agir com liberdade para Descartes, é agir com imprudência e abrir espaço para mazelas na vida do sujeito.

Donde nascem, pois, meus erros? A saber, somente de que sendo a vontade muito mais ampla e extensa que o entendimento, eu não a contenho nos mesmos limites, mas estendo-a também às coisas que não entendo; das quais, sendo a vontade por si indiferente, ela se perde muito facilmente e escolhe o mal pelo bem ou o falso pelo verdadeiro (DESCARTES, 1979b, p. 119).

Esse outro trecho revela que muitas vezes o sujeito toma atitudes precipitadas porque não educou as suas vontades na razão, desse modo não sabe julgar de forma correta e cai no erro. Existem várias formas de erro de julgamento, muitos desses são causados pelos sentidos; Descartes usa o

exemplo de uma comida saborosa que agrada ao paladar, mas que está misturada com veneno, em outra ocasião exemplifica dizendo que formas quadradas quando vista de longes se mostram circulares, de modo que o sujeito erra por não se ater no uso da razão, da aplicação de seu método.

[...], pois a luz natural nos ensina que o conhecimento do entendimento deve sempre preceder a determinação da vontade. E é neste mau uso do livre arbítrio que se encontra a privação que constitui a forma do erro (DESCARTES, 1979b, p. 120).

O livre arbítrio ou liberdade, quanto mal fundado provoca o erro e este baseia-se na falta da verdade no momento do julgamento, percebe-se como a filosofia cartesiana possui uma circularidade, um fator depende do outro, como a engrenagem de um relógio, se uma de suas peças não estiver ajustada corretamente os segundos não irão contar no tempo certo e por conseguinte os minutos e as horas ficarão errados. Juntamente com a liberdade, temos a moral; é sabido que na época em que nosso autor viveu, não existia um conceito sobre moral, falava-se mais em bom senso, conforme apresenta-se no *Discurso* (1637) e nas correspondências com a rainha Elisabeth onde nosso filósofo escreve que seria de boa conduta um certo agir se contrapondo a outro, até então visto como inconveniente.

No *Discurso* (1637) apresentam-se três máximas das Regras da Moral Provisória; de modo a evitar conflitos na sociedade porque cada sujeito quer agir livremente, mas em algum momento o agir livremente de um irá prejudicar o agir livremente do outro; o conflito representa imperfeição e onde há imperfeição faltou a clareza em distinção no seu julgamento, como evitar esses conflitos?

Por isso Descartes criou esse manual de boa conduta esboçado no *Discurso* (1637) e conjuntamente com as Cartas, onde observa-se que nosso autor fala em forma de conselhos e exalta o uso do bom senso ao corresponder-se com a rainha Elisabeth. Nas correspondências, nosso autor afirma:

[...] quanto à alma, temos apenas a do pensamento, em que se acham compreendidas as percepções do entendimento e as inclinações da vontade [...] (DESCARTES, 1979e, p. 298).

Ainda nas Cartas, Descartes fala a respeito de um certo modo de agir, temos:

[...] nos esforcemos sempre por nos servir da melhor maneira possível, de nosso espírito, para conhecer o que devemos ou não fazer em todas as circunstâncias da vida (DESCARTES, 1979e, p. 306).

Descartes diz que a liberdade é o agir com sabedoria, ou seja, escolher algo quando se conhece com clareza e distinção todas as suas partes.

3.5 O cogito como saída ao impasse do Deus enganador

Descartes introduz em sua filosofia no livro *Meditações (1641)* a hipótese do gênio maligno, uma vez que a ferramenta para construção da sua nova filosofia era a dúvida. Diante de seu método, o de duvidar de tudo e de todos, esperava-se que a suposição de um Deus cruel e enganador fosse surgir, sendo essa considerada a dúvida extrema ou hiperbólica, assim temos:

Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui artiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a conceba em meu espírito (DESCARTES, 1979b, p. 92).

O cogito foi a saída para esse impasse porque nosso autor supõe que mesmo que esse Deus maligno existisse e colocasse em dúvidas todas as suas suposições que julgava serem verdadeiras, o fato de pensar não poderia ser falso, de modo que não haveria modo de manipular esta impressão, pois ainda que pensasse e julgasse que coisas verdadeiras e fossem na realidade falsas, o fato de pensar era indubitável.

A existência do pensamento apresentava-se de forma tão clara e evidente ao nosso autor mesmo que o objeto do pensar não se apresentasse de forma clara e evidente. Configura-se dessa forma o cogito ergo sum como o princípio da edificação de um novo saber. Essa capacidade de pensar pode

apresentar-se de várias maneiras como em forma de querer, de não querer, de negar, de aceitar, de sentir, entre outros.

A hipótese do gênio maligno é descartada no desenrolar de suas observações e conclui que a evidência seria o único critério para alcançar a verdade. E o que seriam essas evidências? Seriam as ideias claras e distintas sobre um objeto que correspondem à realidade, do mesmo modo que a evidência da existência do pensamento serve de base para a sustentação do cogito.

A conquista do pensamento configura-se na conquista da liberdade, ou seja, o pensamento é o critério de determinação prática da liberdade na vida do sujeito. Nosso autor defende que essa liberdade depende do conhecimento da verdade e esta por sua vez irá determinar a capacidade de julgamento. Quanto mais profundamente o sujeito conhece a verdade sobre um objeto, maior será a sua capacidade de julgar de modo correto e justo.

Considerações Finais

Descartes teve um histórico de vida que não podemos deixar de falar: órfão de mãe, sem muita afinidade com o pai que mais tarde se casou novamente e teve mais quatro filhos, nosso filósofo teve uma vida solitária. A referência mais próxima de mãe para ele foi a sua avó. Não encontram-se relatos de sua relação com sua madrasta e ao que parece concluir o material que foi deixado nos dá a impressão de que Descartes foi excluído do convívio com seus meios-irmãos e com a sua madrasta²⁵.

De saúde frágil Descartes sempre preferiu as frutas às carnes, sua relação com a princesa Elisabeth foi complexa, sugerindo uma paixão que talvez pela diferença de idade nunca foi levada a frente pelo filósofo. Em uma carta à Pollot em maio de 1645, Descartes afirmou ter envelhecido vinte anos dizendo ser mais cansativo ir a Haia do que para Roma, afirmando se sentir fraco (não doente, grifo do próprio Descartes), mas sim necessitando de repouso e consolo²⁶.

Vários foram os motivos que deixaram nosso autor tão debilitado, em meados de 1643, Descartes passou por várias dificuldades como, por exemplo, a disputa com Voetius, que tomou cerca de dois anos do seu tempo, o surgimento de controvérsias na Universidade de Leiden, o surgimento de uma versão híbrida do cartesianismo por um de seus discípulos, Heereboord. Entre outros acontecimentos que desgastaram nosso filósofo temos ainda as acusações de pelagianismo até a tentativa de converter a população ao catolicismo, esses acontecimentos terminaram por causar muita insegurança a ele, sendo assim, ele julgou prudente pedir proteção para seus contatos bem relacionados e até mesmo para o embaixador francês²⁷.

Outros fatores como fortes concorrentes na França, Roberval e Fermat, falta do apoio dos jesuítas, morte de seus amigos franceses durante década de 1640, agravamento da situação política, período de dificuldades que

²⁵ Dados coletados do livro “Uma Biografia Intelectual” de Stephen Gaukroger. RJ 199, pp 470 – 472.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

atrapalharam suas correspondências com a princesa Elisabeth, a morte do pai e da irmã, tudo isso causou um imenso desgaste a ele²⁸.

Naturalmente como é de se esperar seu histórico de vida influenciou suas obras, teve um relacionamento de amizade forte com o padre Marin Mersenne. Depois que deixou sua avó para estudar no La Flèche, Descartes não escondia sua insatisfação com os estudos porque para ele a academia não fornecia respostas seguras, surge então a dúvida, esta que será uma das bases na construção de sua teoria. Passo a passo, Descartes utilizou-se dela para alcançar o *cogito ergo sum* o qual foi mostrado nesse trabalho tendo o livro *Meditações (1641)* como a principal fonte de dados.

Graças à essa descoberta ele conseguiu provar a existência do sujeito e a partir dela fundamentar a sua nova filosofia que usa a evidência segundo o uso da razão como a base do conhecimento, de modo que o conhecimento permanece sempre o mesmo, vivo através dos tempos porque seu embasamento é sólido e indubitável e evolui a medida que a ciência evolui, não no sentido de descartar o conhecimento adquirido anteriormente mas sim no sentido de corrigi-lo a medida que mais coisas são consideradas sob a luz do entendimento.

Descartes descobre que o sujeito é uma coisa que pensa, depois faz uso dessa capacidade para adquirir conhecimento, o conhecimento é conquistado quando ele consegue distinguir o verdadeiro do falso de modo a evitar cair no erro, sobre a descoberta do sujeito ser uma coisa que pensa temos a análise de Hintikka (1963) que enriquece nossa compreensão sobre o modo de pensar de nosso autor e nos chama atenção para a correção da forma lógica do “penso, logo existo”, já que o ato de pensar exige em primeira instância que o sujeito exista, fato que deve ter passado despercebido por Descartes no sentido em que a forma e o conteúdo foram confundidos por ele, entretanto esse pequeno lapso não causou a invalidação de uma teoria, mas sim numa outra visão, desta vez sem confundir a forma e conteúdo graças à observação de Hintikka (1963) a forma coerente da interpretação de sua teoria.

Assim, Hintikka identifica o erro e apresenta a correção da forma lógica do *cogito* de Descartes sem alterar sua essência primeira que é a identificação

²⁸ Idem.

do sujeito como uma coisa pensante, como uma consciência. A partir dessa certeza, desenvolve-se como em cadeia de raciocínio a construção de sua filosofia que se alicerça no uso da evidência conseguida pelo metódico uso da razão.

Quando assim faz o sujeito, ele passa a conhecer o objeto de estudo com clareza e distinção e por consequência pode predizer seus efeitos visto que conhece sua estrutura de funcionamento, de modo a ficar evidente de que não se trata de superstição e tampouco de adivinhação, mas essencialmente que o detentor do conhecimento traz consigo o poder de predizer algo porque conhece profundamente seu funcionamento e o melhor de seu método é que essa possibilidade pode ser conquistada por qualquer um.

Baseando-se nessa característica é que podemos afirmar que através do uso da evidência como base do conhecimento o sujeito evita o erro, o conhecimento é algo acumulável e à medida que vão sendo desvendados os segredos de um objeto, mais profundo se torna o seu conhecimento, quanto mais claro e distinto as partes desse objeto estiverem dispostas para o sujeito, menores são as chances do mesmo cair no erro. O que é o erro senão uma pré-visualização do futuro baseado no que se acredita que vai acontecer dado o conhecimento verdadeiro que o sujeito tem de algo? Assim como uma operação matemática que só será dita correta ou errada depois do sujeito ter efetuado o seu cálculo.

O erro só pode ser identificado depois de algo ser consumado, faz-se dessa forma muito importante o conhecimento da verdade e esta só é conquistada quando fundamentada no uso da razão seguida pelo método cartesiano. Esse aspecto não se aplica apenas às coisas materiais, o método de nosso autor é válido também quando falamos em matéria subjetiva como a moral, por exemplo, dada a complexidade dos temas que se apresentam ao sujeito.

Surge à questão que trata das relações entre os homens e a partir dela o sujeito compreende sobre a liberdade, esse conceito para Descartes tem como embasamento o livre-arbítrio porque o sujeito não é ignorante acerca das coisas que acontecem ao seu redor, ele tem conhecimento e se não tem ele possui a capacidade para adquiri-lo, por essa razão nosso autor fala em livre-

arbítrio porque se trata de uma questão de escolha de dois contrários, agir livremente para ele é agir com racionalidade.

Inserimos o estudo de Campos (2010) numa forma de elucidar o amadurecimento do pensamento de nosso filósofo sobre o assunto ao comparar as traduções dos Princípios (1644) na versão latina e francesa e com a qual constatamos que existe uma forma mais profunda e clara, de expressar o mesmo pensamento ora antes exposto no original em latim em 1644.

Ainda que de forma breve, esperamos ter exposto de forma clara e objetiva para o leitor as fases desse trabalho e suas respectivas questões. O aspecto da identificação do sujeito como coisa pensante foi o ponto principal deste trabalho e a partir dele foi desenvolvido o resto do trabalho com suas respectivas implicações a partir do *cogito*. Temas como a existência de Deus, do pensamento, da união do corpo e a alma até o descobrimento da verdade, da moral e liberdade entre outros aspectos constituem um verdadeiro emaranhado de conceitos que estão necessariamente unidos um ao outro para a conclusão da teoria cartesiana, por isso pode-se pensar numa continuação desse trabalho abordando um dos tópicos citados acima para um estudo mais profundo como, por exemplo, questão da existência de Deus que por se tratar de uma tarefa complexa exigiria uma nova dissertação.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Ethel. Descartes e o conceito de consciência de si nas Meditações. Revista de filosofia, UFPB. Paraíba: Ed. Universitária, 1991.

AQUINO, Tomás de. O ente e a essência. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOEHNER, Philotheus & GILSON, Etienne. História da Filosofia Cristã. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985

CAMPOS, Mariana de Almeida. A Concepção Cartesiana da Liberdade nos Princípios da Filosofia. São Paulo: Cadernos Espinosanos, 2010.

COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

DESCARTES, René. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2 ed. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. Discurso do método. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2 ed. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979a.

_____. Meditações. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2 ed. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979b.

_____. Objeções e respostas. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2 ed. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979c.

_____. As paixões da alma. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2 ed. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979d.

_____. Cartas. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2 ed. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979e.

_____. Princípios da Filosofia. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 2007.

_____. Principia Philosophiae, Renati Des-cartes, Amsterdam. Apud Ludovicum Elzevirium, January, 1644.

_____. Les Principes De La Philosophie, Efcrits en Latin, Par René Descartes. Et traduits en François par vn de fes Amis. Chez Henry le Gras et Edme Pepingué, January, 1651.

GAUKROGER, Stephen. Descartes uma biografia intelectual. Tradução Vera Ribeiro. Ed. UERJ, Contraponto, RJ, 1999.

GUEROULT, Martial. Descartes selon l'ordre des raison I: l'âme et Dieu. Paris: Aubier, Éditions Montaigne, 1953.

GLEIZER, M. A. Considerações acerca da Doutrina da Livre Criação das Verdades Eternas. In VV. A Verdade, Conhecimento e Ação. São Paulo: Loyola, 1999.

HINTIKKA, Jaakko. Cogito, ergo sum as inference and performance. Philosophical Review. Vol. 72, 1963.

SILVA, Franklin Leopoldo. Descartes: a metafísica da modernidade. Ed Moderna, 2 ed: São Paulo, 2005.

TEIXEIRA, Lívio. Ensaio sobre a moral de Descartes. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1995.

Nome do arquivo: Final 12 11 13
Diretório: C:\Users\Everton\Documents
Modelo: C:\Users\Everton\Desktop\Nova pasta (8)\Dissertação.dot
Título: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Assunto:
Autor: Everton
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 12/11/2013 09:57:00
Número de alterações: 28
Última gravação: 20/01/2014 11:40:00
Salvo por: Everton
Tempo total de edição: 145 Minutos
Última impressão: 21/01/2014 13:09:00
Como a última impressão
Número de páginas: 68
Número de palavras: 20.008 (aprox.)
Número de caracteres: 108.047 (aprox.)